

ISSN 1646-7027

Loures

MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

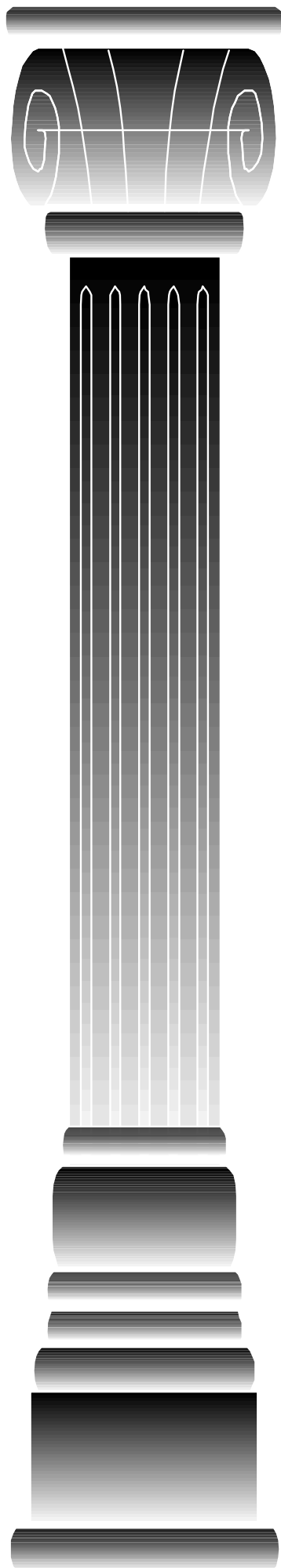
Edição Especial n.º 9
22 de Outubro de 2008

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL
Pág. 5

UNIDADES ORGÂNICAS
Pág. 12

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES





Loures MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

**DIRECTOR: Presidente da Câmara Municipal de Loures,
Eng.º. Carlos Alberto Dias Teixeira**

PERIODICIDADE: Quinzenal

PROPRIEDADE: Município de Loures

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

DEPÓSITO LEGAL n.º 148950/00

ISSN 1646-7027

COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO, LAYOUT E PAGINAÇÃO

GABINETE LOURES MUNICIPAL



Toda a correspondência relativa a
LOURES MUNICIPAL
deve ser dirigida a

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

**LOURES MUNICIPAL
BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS**

**RUA MANUEL AUGUSTO PACHECO, 6 - 4º
2674 - 501 LOURES**

TELEFONE: 21 983 89 64 FAX: 21 982 34 88

**<http://www.cm-loures.pt>
e-mail: loures.municipal@cm-loures.pt**

ÍNDICE



	Pág.
CÂMARA MUNICIPAL	
4.^a Reunião Extraordinária	5
PRESIDÊNCIA	11
UNIDADES ORGÂNICAS	12
Projecto de Regulamento de Taxas do Município	13



**CÂMARA
MUNICIPAL**

DELIBERAÇÕES

**4.ª Reunião Extraordinária,
realizada em 22 de Outubro de 2008**

REGULAMENTOS MUNICIPAIS

Projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures

Proposta de aprovação do projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures e de submissão a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias úteis contados a seguir à data da sua publicação em Diário da República.

PROPOSTA n.º 659/2008

Considerando que:

Os Regulamentos de Taxas e Licenças do Município de Loures são, em regra, anualmente alterados;

Em 1 de Janeiro de 2007 entrou em vigor a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º da supra citada Lei, os regulamentos municipais existentes, que não cumpram o regime legal ali consagrado, são revogados em 1 de Janeiro de 2009;

De acordo com o preceito legal supra citado, os regulamentos municipais de taxas estão obrigados, em 1 de Janeiro de 2009, a cumprir o regime jurídico imposto pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro;

Contudo, o artigo 40.º da proposta de Orçamento de Estado para 2009 altera o artigo 17.º da supra citada Lei, alarga o prazo ali consagrado para o terceiro ano financeiro subsequente à entrada em vigor daquela lei. Ou seja, para 1 de Janeiro de 2010;

Face ao estipulado no supra referido artigo 40.º, os regulamentos municipais terão de se adaptar ao estipulado no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais até 1 de Janeiro de 2010;

O artigo 3.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, define que as taxas são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;

Face ao regime legal supra citado os regulamentos municipais que criam estes tributos devem conter obrigatoriamente, sob pena de nulidade, os elementos referidos nas várias alíneas do n.º 2 do seu artigo 8.º - base de incidência objectiva e subjectiva, valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas, fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, isenções e sua fundamentação, modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária e admissibilidade do pagamento em prestações.

Considerando ainda que:

Foi constituído um grupo de trabalho interno, com valências de gestão e de direito, com o objectivo de adaptar o actual Regulamento de Taxas e Licenças Municipais à nova legislação;

A referida adaptação contemplou, também, uma nova sistematização do Regulamento em análise;

O grupo de trabalho supra mencionado, na elaboração do Regulamento de Taxas ora submetido a deliberação, consultou os serviços municipais que, face à incidência objectiva das taxas, têm maior contacto com esta realidade - Departamento de Gestão Urbanística, Departamento de Ambiente e Departamento Administrativo.

E ainda que:

O projecto de Regulamento ora apresentado consagra preceitos relativos ao lançamento e liquidação de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas;

O artigo 3.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, estipula que os regulamentos mencionados no ponto antecedente devem ser submetidos a discussão pública por prazo não inferior a trinta dias, antes da sua aprovação pelos órgãos competentes.

Tenho a honra de propor:

Que, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures, em anexo, seja submetido a deliberação da Câmara Municipal de Loures e, posteriormente, a apreciação pública pelo prazo de 30 dias úteis contados a seguir à data da sua publicação em Diário da República.

Anexam-se, em conformidade, proposta a determinar a abertura de apreciação pública; bem como proposta de anúncio a publicar nos jornais que reúnam os requisitos do n.º 2 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Loures, 22 de Outubro de 2008

O Vice-Presidente

(a) *José Augusto Borges Neves*

PROPOSTA DE DESPACHO

Nos termos do artigo 3.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e do artigo 118.º do DL n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo DL n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e conforme deliberação da Câmara Municipal de Loures de 22 de Outubro de 2008, determino a abertura da apreciação pública sobre o projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures, pelo período de trinta dias úteis contados a seguir à data da sua publicação em Diário da República, através da sua publicação em Diário da República e Edital Municipal e afixação nos lugares de estilo.

As propostas sobre o projecto de Regulamento em apreciação pública deverão ser formalizadas por escrito, conter a referência expressa ao projecto de Regulamento em causa e dar entrada na Câmara Municipal de Loures, Gabinete do Sr. Vice-Presidente, Rua Frederico Tarré, n.º 5, r/c, 2670-453 Loures, até às 17h:30m do trigésimo dia útil contado a seguir à data da sua publicação em Diário da República.

Loures, 22 de Outubro de 2008

O Vice-Presidente

(a) *José Augusto Borges Neves*

PROPOSTA DE ANÚNCIO

Faz-se público que decorre o período de apreciação pública referente ao projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures, pelo prazo de trinta dias úteis contados a seguir à data da sua publicação em Diário da República, podendo os documentos ser consultados na Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, n.º 6, 2674-501 Loures, nos dias úteis entre as 9h:00m e as 17h:30m, nas Juntas de Freguesia e na página da Internet da Câmara Municipal de Loures (www.cm-loures.pt).

As eventuais sugestões devem ser formalizadas por escrito, referir expressamente o projecto de Regulamento em causa, e dar entrada na Câmara Municipal de Loures, Gabinete do Sr. Vice-Presidente, Rua Frederico Tarré, n.º 5, r/c, 2670-453 Loures, até às 17h:30m do trigésimo dia útil contado a seguir à data da sua publicação em Diário da República.

A presente apreciação pública decorre nos termos do artigo 3.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e do artigo 118.º do DL n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo DL n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e conforme deliberação da Câmara Municipal de Loures de 22 de Outubro de 2008.

Loures, 22 de Outubro de 2008

O Vice-Presidente,

(a) *José Augusto Borges Neves*

(Aprovada por maioria)

NOTA DA REDACÇÃO: Dada a grande extensão do projecto de Regulamento de Taxas do Município de Loures e Anexos respectivos, e para comodidade de consulta, o referido documento está disponível, na íntegra, nas páginas finais da presente edição.

PROPOSTA

Proposta de aprovação de Derrama a lançar em 2009.

PROPOSTA n.º 660/2008

Proposta de Derrama a lançar em 2009

Considerando que:

- Constitui receita do Município, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, o produto da cobrança de derrama lançada anualmente sobre o IRC.
- Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derramas.
- Ao abrigo da artigo 14.º da Lei das Finanças Locais, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei.

Lei n.º 2/2007
Artigo 14.º

1. Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.
2. Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria colectável superior a (euro) 50000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3. Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados, a título excepcional, propor, fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais.
4. A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150000.
5. Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direcção efectiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 117.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.
6. Entende-se por massa salarial o valor das despesas efectuadas com o pessoal e escrituradas no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.
7. Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efectuam o apuramento da derrama que seja devida.
8. A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via electrónica pela câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.
9. Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja recebida para além do prazo nele estabelecido, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama.
10. O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respectivo apuramento pela Direcção-Geral dos Impostos.

Tenho a honra de propor;

- O lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC referente a 2008 e a cobrar em 2009.
- A deliberação de uma taxa reduzida de derrama de 1% a todos os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Loures, 7 de Outubro de 2008

O Presidente

(a) *Carlos Teixeira*

(Aprovada por maioria)

Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal

PROPOSTA

Proposta de fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar em 2009.

PROPOSTA n.º 661/2008

Proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2009

Considerando que:

- De acordo com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e respectivas alterações, o IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos e rústicos situados em território português.
- O IMI constitui receita dos municípios onde os supra mencionados prédios se localizam.
- Ao abrigo da artigo 112.º do CIMI, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas de IMI a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei.

Artigo 112.º Taxas

- 1- As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

- a) Prédios rústicos: 0,8%;
 - b) Prédios urbanos: 0,4% a 0,8%;
 - c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,5%.
- 2- Tratando-se de prédios constituídos por parte rústica e urbana, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respectiva taxa.
 - 3- As taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas ao dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, considerando-se devolutos os prédios como tal definidos em diploma próprio.
 - 4- Para os prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 1%, sendo elevado a 2% nas situações a que se refere o número anterior.
 - 5- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1.
 - 6- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto.
 - 7- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior.
 - 8- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.
 - 9- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em

situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido.

- 10- Consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto;
 - b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;
 - c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes.
- 11- Constitui competência dos municípios proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respectivos proprietários, até 30 de Março de cada ano, para posterior comunicação à Direcção-Geral dos Impostos.
- 12- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 40.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- 13- As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.
- 14- No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respectivos titulares.

Tenho a honra de propor:

De acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter à Assembleia Municipal, para apreciação por este órgão deliberativo, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei, a fixação das seguintes taxas do IMI a vigorar em 2009.

1- Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI:

- a) Prédios rústicos: 0,8%;
- b) Prédios urbanos: 0,7%;
- c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%;

2- Nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI:

A majoração de 15% no primeiro ano e de 30% no segundo ano e seguintes, para prédios urbanos degradados, que mantenham pendentes notificações municipais para a realização de obras de demolição, de recuperação e de reabilitação, conforme a referida notificação para realização das obras tenha sido emitida há menos de um ano ou mais de um ano, respectivamente.

3- Nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI:

A elevação das taxas aprovadas nas alíneas b) e c) no ponto 1 ao dobro, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano.

Loures, 15 de Outubro de 2008

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Teixeira*

(Aprovada por maioria)

Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal

PROPOSTA

Proposta de aprovação da participação do Município em 5% do IRS a liquidar em 2010, com referência aos rendimentos do ano de 2009.

PROPOSTA n.º 662/2008

Proposta de participação no IRS

Considerando:

- O disposto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que estabelece que “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS”.
- A ausência da comunicação à Direcção-Geral dos Impostos por via electrónica, ou a recepção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, 31 de Dezembro, equivale à falta de deliberação.

Tenho a honra de propor:

- Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, da integração no seu orçamento da estimativa desta participação do município nos impostos do Estado, com base na aplicação de uma taxa de 5% a incidir nos rendimentos de 2009 a arrecadar pelo município em 2010.

Loures, 7 de Outubro de 2008

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Teixeira*

(Aprovada por unanimidade)

Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal

PROPOSTA

Proposta de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TDMP).

PROPOSTA n.º 663/2008

Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

Considerando que:

- O disposto no artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, estabelece que “Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”.
- Deverá ser determinado um percentual que não poderá ultrapassar os 0,25%, em cada factura pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação electrónica, e que esse percentual deverá ser aprovado anualmente até 31 de Dezembro do ano de anterior à sua vigência.

Tenho a honra de propor:

- Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, a Taxa Municipal pelo Direito de Passagem (TMDP) para o ano de 2009, com o percentual de 0,25% por cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do Município de Loures.

Loures, 15 de Outubro de 2008

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Teixeira*

(Aprovada por maioria)

Esta deliberação carece de aprovação pela Assembleia Municipal



PRESIDÊNCIA



DESPACHO n.º 036/PRES

de 28 de Julho de 2008

Código dos Contratos Públicos

1. No próximo dia 30 de Julho entra em vigor o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Aquele diploma introduz alterações profundas na actividade contratual desenvolvida pela Autarquia, nomeadamente na aquisição de serviços, aquisição de bens móveis, locação de bens móveis e empreitadas de obras públicas.
3. Uma das implicações mais decisivas do novo regime legal é a vertente da desmaterialização dos procedimentos inerentes à contratação pública, com a consequente modernização e simplificação procedimental, garantindo-se, deste modo, não só o alargamento do número de potenciais interessados na apresentação de propostas, como a transparência e o rigor dos procedimentos e o inerente controlo da despesa pública que lhe está associada.
4. Para assegurar esta vertente da desmaterialização dos procedimentos, o legislador criou a necessidade de o Município, na sua qualidade de entidade adjudicante, dispor de plataforma electrónica através da qual possam ser operacionalizados os procedimentos de contratação.
5. Em cumprimento daquele desiderato o Município adjudicou a empresa externa a utilização da referida plataforma electrónica, recorrendo aos serviços de uma entidade que, a título pioneiro, vinha já prestando serviços na área das aquisições de bens e serviços, a *Vortalgov*.
6. Do ponto de vista municipal é importante aproveitar esta oportunidade para adoptar medidas internas que permitam garantir que se atingem os objectivos que ditaram a aprovação da nova legislação, bem como a

centralização do processo de contratação, na sequência de recomendações neste sentido emitidas no âmbito de auditoria realizada.

Neste contexto determina-se:

- 1- A partir do próximo dia 30 de Julho todos os procedimentos de contratação de empreitadas serão desenvolvidos pelo Departamento de Obras Municipais (DOM);
- 2- A partir da mesma data todos os procedimentos de aquisição de bens móveis e de serviços, bem como a locação de bens móveis são geridos pela Divisão de Aprovisionamento (DA);
- 3- Para esse efeito ficam delegadas e subdelegadas no Sr. Vice-Presidente Dr. José Augusto Borges Neves as inerentes competências previstas no Código dos Contratos Públicos para a escolha do procedimento, aprovação dos documentos pré-contratuais, designação do júri que conduz o procedimento, decisão de contratar, decisão de adjudicação e aprovação da minuta do contrato relativos à aquisição de bens móveis e serviços e locação de bens móveis, com excepção dos casos em que tal competência está legalmente atribuída à Câmara Municipal;
- 4- Iguamente ficam delegadas e subdelegadas no Sr. Vereador João Pedro de Campos Domingues, as inerentes competências previstas no Código dos Contratos Públicos para a escolha do procedimento, aprovação dos documentos pré-contratuais, designação do júri que conduz o procedimento, decisão de contratar, decisão de adjudicação e aprovação da minuta do contrato relativas a empreitadas de obras públicas municipais, com excepção dos casos em que tal competência está legalmente atribuída à Câmara Municipal;
- 5- Para o assinalado efeito, e dada a circunstância de o Código vir exigir a existência de peças de todos os procedimentos de formação de contratos, incluindo para o ajuste directo, devem as várias unidades orgânicas municipais, em especial no que respeita à Divisão de Aprovisionamento, enviar a Requisição Interna respectiva, acompanhada de informação com os elementos indispensáveis à elaboração das peças do procedimento de formação do contrato.

Tal documento deve ser remetido com a maior antecedência possível à referida Divisão, de forma a assegurar o adequado planeamento do procedimento de aquisição, quando for o caso, tendo em vista garantir o atempado cumprimento das exigências legais, incluindo a formalidade de audiência prévia, que passou a ser legalmente obrigatória mesmo no caso de ajuste directo.

- 6- São revogadas todas as decisões que atribuíam competências para a realização de despesas nas referidas áreas agora abrangidas pelo Código.
- 7- Mantém-se em vigor o constante no Despacho 03/PRES, de 2008.01.17, no sentido de que o pedido de cabimentação de despesa de montante superior a 7 500 € ficar condicionado ao visto prévio do Vereador com a tutela da Área do Controlo Orçamental (DPCA).
- 8- O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

O Presidente da Câmara

(a) *Carlos Alberto Dias Teixeira*

À consideração superior.

O Chefe da Divisão
de Planeamento e Controlo de Actividades

(a) *Rui Santos*

UNIDADES ORGÂNICAS



INFORMAÇÃO n.º 247/DPCA/RS

de 17 de Outubro de 2008

Substituição no período de licença Subdelegação de competências

Considerando a ausência do signatário, no período compreendido entre os dias 24 de Outubro e 10 de Novembro do corrente ano, proponho que sejam cometidas as competências que me foram subdelegadas pelo Despacho n.º 02/VBN, de 2008.05.02, na Técnica Superior Dr.ª Sandra Cláudia Ramos Paiva.

PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LOURES

PREÂMBULO

Considerando a entrada em vigor da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;

Considerando a entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais;

Considerando que, as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;

Considerando que, o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular;

Considerando que, o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à pratica de certos actos ou operações;

Considerando que, as taxas municipais podem também incidir sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo;

Considerando que, a criação das taxas pelas autarquias locais respeita o princípio da prossecução do interesse público local e visa a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;

E ao abrigo do disposto nos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, nos artigos 10.º e 15.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, com as alterações subsequentes, nas alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2001, de 11 de Janeiro, e esta rectificada pelas Declarações de Rectificação n.ºs 4/2002 e 9/2002, de 6 de Fevereiro e de 5 de Março, respectivamente, no Código de Procedimento e Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, no Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 15 de Novembro, procede-se à alteração do Regulamento de Taxas do Município de Loures.

Nestes termos, ao abrigo das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2001, de 11 de Janeiro, e esta rectificada pelas Declarações de Rectificação n.ºs 4/2002 e 9/2002, de 6 de Fevereiro e de 5 de Março, respectivamente, e por deliberação da Assembleia Municipal de Loures tomada na..... sessão..... realizada em....., sob proposta da Câmara Municipal de Loures deliberada na..... reunião..... realizada em....., e após apreciação pública, é aprovado o Regulamento de Taxas do Município de Loures.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/20006, de 29 de Dezembro, dos artigos 10.º e 15.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, com as alterações subsequentes, das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2001, de 11 de Janeiro, e esta rectificada pelas Declarações de Rectificação n.ºs 4/2002 e 9/2002, de 6 de Fevereiro e de 5 de Março, respectivamente, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente, do Código de Procedimento e Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente, do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 15 de Novembro.

Artigo 2.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o regime a que fica sujeita a aplicação e o pagamento de taxas cobradas pelo Município de Loures.

Artigo 3.º

Incidência objectiva

As taxas previstas no presente Regulamento assentam na prestação de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado do Município e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

Artigo 4.º

Incidência subjectiva

1. O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento é o Município de Loures.

2. O sujeito passivo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento são as pessoas singulares ou colectivas e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

Artigo 5.º

Isenções/reduções

1. Para além das isenções legais, pode a Câmara Municipal deliberar isentar parcial ou totalmente do pagamento de taxas:
 - a) As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações de bombeiros, as associações religiosas, culturais, desportivas ou recreativas, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins, as fundações, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins, as instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, directamente, à realização dos seus fins estatutários e as cooperativas, suas uniões, federações e confederações desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos da legislação cooperativa, sem fins lucrativos, relativamente às actividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários;
 - b) As comissões especiais previstas no Código Civil e as entidades sem fins lucrativos que desenvolvam uma actividade de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva ou recreativa;
 - c) As entidades que desenvolvam uma actividade em parceria com o Município;
 - d) As pessoas com insuficiência económica.
2. A Câmara Municipal pode deliberar isentar total ou parcialmente do pagamento de taxas as licenças/autorizações/comunicações prévias para obras promovidas por quaisquer entidades quando as obras a licenciar constituam execução de Contratos de Desenvolvimento de Habitação.
3. A Câmara municipal pode deliberar isentar total ou parcialmente do pagamento das taxas previstas no Capítulo III o licenciamento de obras em imóveis classificados de interesse municipal.

4. As taxas aplicáveis nos termos do Capítulo III às áreas brutas de construção habitacional das edificações unifamiliares e bifamiliares existentes e inseridas em operações de reconversão de áreas urbanas de génese ilegal, beneficiam:
 - a) Redução de 50% para os processos de licenciamento entrados durante o 1.º ano após a emissão do título de reconversão, ou antes da emissão deste;
 - b) Redução de 40% para os processos de licenciamento entrados durante o 2.º ano após a emissão de título de reconversão;
 - c) Redução de 30% para os processos de licenciamento entrados durante o 3.º ano após a emissão do título de reconversão;
 - d) Redução de 50% para os processos de licenciamento entrados ao abrigo do artigo 51.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na redacção vigente, antes de emissão do título de reconversão.
5. As taxas aplicáveis nos termos do Capítulo III às áreas brutas de construção habitacional das edificações unifamiliares e bifamiliares novas e inseridas em operações de reconversão de áreas urbanas de génese ilegal, beneficiam duma redução de 50% para os processos de licenciamento entrados durante o 1.º ano após a emissão do título de reconversão, ou antes da emissão deste.
6. As áreas de construção destinadas a serem cedidas ao Município estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento.
7. Os titulares do Cartão-jovem Município Geração L beneficiam das isenções constantes do respectivo Regulamento.
8. Os requerimentos sujeitos a tributação no âmbito do presente Regulamento e apresentados através do “Balcão Virtual” beneficiam duma redução de 30%.
9. As isenções não podem ser concedidas por um período superior a 5 anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal, nos termos do art. 12.º da Lei das Finanças Locais.
10. A isenção deve ser requerida, pelo sujeito passivo, através de requerimento devidamente fundamentado, designadamente, com:
 - a) Identificação do requerente;
 - b) Documento comprovativo da qualidade em que requer a isenção;
 - c) Descrição sumária dos motivos do pedido de isenção;
 - d) Comprovativo do requerimento de emissão da correspondente licença/autorização/comunicação prévia, quando devida.

11. Os serviços municipais sempre que considerem necessário podem solicitar, ao requerente, os documentos indispensáveis à apreciação do requerimento.
12. Os serviços municipais, ao remeterem o requerimento de isenção para deliberação da Câmara Municipal, devem indicar:
 - a) a norma que prevê a aplicação da taxa;
 - b) o valor da taxa;
 - c) a norma em que se enquadra a isenção;
 - d) o fundamento do deferimento ou do indeferimento do pedido de isenção.

Artigo 6.º

Liquidação

1. A liquidação das taxas é efectuada com base no presente Regulamento e nos elementos fornecidos pelo sujeito passivo, que podem ser confirmados pelos serviços municipais.
2. Ao valor das taxas constantes do presente Regulamento é acrescido, quando devidos, o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor e o Imposto de Selo.
3. As taxas diárias, semanais, mensais ou anuais são devidas por cada dia, semana, mês, ano ou fracção.
4. O valor liquidado das taxas, incluindo os casos de aplicação de liquidação adicional e juros de mora, deve ser sempre em unidades de euros, pela aplicação do arredondamento legalmente definido.
5. O acto de liquidação, a notificar ao sujeito passivo, deve conter os seguintes elementos:
 - a) Indicação da entidade que praticou o acto e a menção de delegação ou subdelegação de poderes, quando exista;
 - b) Identificação do destinatário;
 - c) Enunciação dos factos ou actos que lhe deram origem;
 - d) Conteúdo ou sentido da decisão e respectiva fundamentação;
 - e) Data em que é praticado o acto;
 - f) Prazo para pagamento;
 - g) Advertência da consequência do não pagamento;
 - h) Indicação dos meios de defesa e prazo para reagir contra o acto, conforme disposto no artigo 13.º do presente Regulamento.

Artigo 7.º

Erro na liquidação

1. Se na liquidação das taxas se verificar que houve erros ou omissões dos quais resultaram perdas para o Município, promove-se a liquidação adicional.
2. Sem prejuízo da responsabilidade contra-ordenacional que daí resulte, quando o erro do acto de liquidação for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexactidão de declarações a cuja apresentação esteja obrigado nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este é responsável pelo pagamento de juros compensatórios.
3. O sujeito passivo é notificado, através de carta registada com aviso de recepção, para, no prazo de 15 dias, pagar a diferença, sob pena de cobrança através de execução fiscal.
4. Da notificação referida no número anterior devem constar:
 - a) Indicação da entidade que praticou o acto e a menção de delegação ou subdelegação de poderes, quando exista;
 - b) Identificação do destinatário;
 - c) Enunciação dos factos ou actos que lhe deram origem;
 - d) Conteúdo ou sentido da decisão e respectiva fundamentação;
 - e) Data em que é praticado o acto;
 - f) Prazo para pagamento;
 - g) Advertência da consequência do não pagamento;
 - h) Indicação dos meios de defesa e prazo para reagir contra o acto, conforme disposto no artigo 13.º do presente Regulamento.
5. Quando haja sido liquidada quantia superior à devida e não tenham decorrido quatro anos sobre a liquidação, devem os serviços municipais promover a revisão do acto de liquidação e a restituição ao interessado da importância indevidamente paga.

Artigo 8.º

Pagamento

1. As taxas podem ser pagas em moeda corrente, cheque, débito em conta, transferência bancária e vale postal.
2. No caso de não ser estabelecido outro prazo de pagamento, o prazo de pagamento voluntário é de 30 dias após a notificação do acto de liquidação.
3. Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal.
4. Findo o prazo de pagamento voluntário será extraída, pelos serviços competentes, certidão de dívida que servirá de base à instrução do processo de execução fiscal.

Artigo 9.º

Pagamento em prestações

1. Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações das taxas previstas no presente Regulamento, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação de que a situação económica do requerente não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma vez só no prazo fixado para o pagamento voluntário.
2. O requerimento de pagamento em prestações deve conter a identificação do requerente, a natureza e montante da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
3. O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado de prestação de garantia nos termos do artigo 199.º do Código de Procedimento e Processo Tributário ou de requerimento a solicitar a sua isenção nos termos do artigo 52.º da Lei Geral Tributária.
4. No caso de deferimento do requerimento, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante desde o termo do prazo para pagamento até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.
5. O pagamento de cada prestação deve ocorrer durante o mês a que esta corresponder, salvo se outro prazo for estabelecido.
6. A falta de pagamento de uma das prestações determina o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

Artigo 10.º

Dação em cumprimento

A requerimento do sujeito passivo, a Câmara Municipal pode aceitar para pagamento total ou parcial das taxas a entrega de bens, após avaliação pelos serviços camarários e cumpridos os requisitos legais exigidos.

Artigo 11.º

Compensação

A compensação pode ser admitida, pela Câmara Municipal de Loures, desde que cumpridos os requisitos legalmente exigidos.

Artigo 12.º

Sub-rogação

A requerimento do sujeito passivo, a Câmara Municipal pode aceitar em pagamento total ou parcial das taxas por terceiros, com sub-rogação, desde que cumpridos os requisitos legais exigidos.

Artigo 13.º

Garantias

1. O sujeito passivo das taxas pode reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.
2. A reclamação é deduzida perante o órgão que efectuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
3. A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
4. Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
5. A impugnação judicial depende da prévia dedução de reclamação.
6. Não podem ser negadas as prestações de serviços, a emissão de licenças/autorizações/comunicações prévias ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado do município em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo tiver deduzido reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da lei, garantia idónea.

Artigo 14.º

Fórmula de cálculo

O valor das taxas previstas no presente Regulamento é apurado com base na seguinte fórmula:

$$\sum [(Ct + PPI) * \forall] * \mu * \beta)$$

Onde : Ct – Custos directos e indirectos da função e/ou dos centros de custo;

PPI – Custos implementação PPI (Plano Plurianual Investimentos);

∄ - Identifica o tempo médio de execução e/ou quantifica o número de actos praticados;

μ – Benefício auferido pelo particular;

β – Incentivo / Desincentivo à pratica de certos actos ou operações – (impacto ambiental, qualificação urbanística, impacto social)

Artigo 15.º

Fundamentação económico-financeira

A fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas no presente Regulamento consta dos anexos I e II que fazem parte integrante do mesmo.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Artigo 16.º

Licenças

Pelas licenças que se seguem são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, a cobrar por unidade, no momento da sua emissão:

- | | |
|--|---------|
| a) Emissão da licença de vendedor ambulante, incluindo lotarias e feirantes | 26,00€ |
| b) 2.ª via do cartão de vendedor ambulante, incluindo lotarias e feirantes | 13,00€ |
| c) Emissão de licença para funcionamento de roulette | 221,00€ |
| d) 2.ª via do título de licença para funcionamento de roulette | 110,50€ |
| e) Emissão de licença para funcionamento de peixaria móvel | 221,00€ |
| f) 2.ª via do título de licença para funcionamento de peixaria móvel | 110,50€ |
| g) Emissão de licença relativa a abrigos fixos ou móveis, utilizáveis ou não para habitação, se a ocupação do terreno se prolongar para além de três meses | 53,00€ |
| h) Alvará não contemplado especificamente no presente Regulamento | 26,00€ |

Artigo 17.º

Actos administrativos

A pratica dos actos administrativos e a satisfação administrativa das pretensões de carácter particular que se seguem estão sujeitas ao pagamento, pelo requerente, das respectivas taxas, a cobrar por unidade salvo estipulação em contrário, no momento da apresentação da pretensão:

- | | |
|--|--------|
| a) Averbamento não especificado no presente Regulamento | 5,00€ |
| b) Certidão de registo nos termos da Lei n.º 37/2006, de 09/08 | 20,00€ |
| c) 2.º via da certidão referida na alínea anterior | 10,00€ |
| d) Certificado/Certidão | 22,00€ |
| e) Fotocópia autenticada, por página | 11,00€ |
| f) Fotocópia simples, por página | 0,50€ |
| g) Reprodução por meio visual de documentos administrativos | 13,00€ |
| h) Reprodução por meio informático de documentos administrativos | 16,00€ |
| i) Reprodução por meio electrónico de documentos administrativos | 8,00€ |
| j) Certidão de recenseamento eleitoral | isenta |
| k) Registo de minas e nascentes de água mineromedicinais | 91,00€ |
| l) Rubrica em livros, processos, documentos, quando legalmente exigida, por cada rubrica | 1,00€ |

- m) Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade, por cada livro5,00€
- n) Termo de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada5,00€
- o) Termo de responsabilidade, identidade, idoneidade, justificação administrativa ou semelhante5,00€
- p) Fornecimento dos documentos concursais no âmbito do Código dos Contratos Públicos, por página:
- Fotocópia simples0,50€
 - Fotocópia autenticada11,00€
 - Em suporte informático16,00€
 - Por meio electrónico8,00€
 - Pelo fornecimento dos documentos concursais nos procedimentos que impliquem um convite não será cobrada qualquer taxa.
- q) Fornecimento, mediante requerimento, de registo sonoro das reuniões dos órgãos autárquicos, ou de outros documentos administrativos, por cada período de uma hora ou fracção35,00€

Artigo 18.º

Contratos escritos

A redução a escrito de contratos no âmbito do Código dos Contratos Públicos, com excepção dos relativos aos recursos humanos, está sujeita ao pagamento, pelo sujeito passivo, no momento da assinatura do contrato, das seguintes taxas:

- a) Contratos sujeitos a visto do Tribunal de Contas, por página14,50€
- b) Contratos não sujeitos a visto do Tribunal de Contas, por página11,00€

Artigo 19.º

Vistorias

1. Pela realização das vistorias que seguem são devidas, pelo requerente, as taxas que se seguem:
 - a) Inspeção veterinária nos Mercados Abastecedores, por dia102,00€
 - b) Outras vistorias não previstas no presente Regulamento, por vistoria140,00€
2. As vistorias só são realizadas depois de pagas as respectivas taxas.
3. O pagamento das taxas previstas no n.º 1 é efectuado no acto de entrega do requerimento.

Artigo 20.º

Controlo metrológico

O controlo metrológico está sujeito ao pagamento das taxas aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

Artigo 21.º

Recintos itinerantes

Pela licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes, é devida, pelo requerente, no momento da sua emissão, a seguinte taxa, a cobrar por unidade e por dia
.....8,00€

Artigo 22.º

Recintos improvisados

Pela licença de instalação e de funcionamento de recintos improvisados, é devida, pelo requerente, no momento da sua emissão, a seguinte taxa, a cobrar por unidade e por dia
.....11,00€

Artigo 23.º

Serviços de restauração ou bebidas ocasionais/esporádicos

Pela autorização para prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter esporádico e ou ocasional, prevista no artigo 19.º DL n.º 234/2007, de 19 de Junho, é devida, pelo requerente, no momento da sua emissão, a seguinte taxa, a cobrar por unidade
.....125,50€

Artigo 24.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 25.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal

A utilização do domínio municipal está sujeita ao pagamento da taxa correspondente consagrada no Capítulo “Utilização e aproveitamento do domínio municipal”.

CAPÍTULO III
URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

Secção I – Licença e comunicação prévia de execução de obras

Artigo 26.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar de obras sujeitas a licença ou comunicação prévia é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa180,00€

Artigo 27.º

Licença/comunicação prévia de construção

1. Pela licença/admissão de comunicação prévia de construção de obras novas, ampliação ou reconstrução, e alteração é devida, pelo titular, a taxa, a cobrar por mês345,50€
2. À taxa referida no n.º 1 acrescem as seguintes taxas, a cobrar por m² de área bruta de construção:
 - a) Habitação, incluindo seus anexos6,00€
 - b) Comércio / Serviços, incluindo seus anexos7,00€
 - c) Armazéns6,50€
 - d) Industria, incluindo seus anexos:
 - Tipo 113,00€
 - Tipo 211,00€
 - Tipo 310,00€
 - Tipo 48,50€
 - e) Restauração e/ou bebidas7,00€
 - f) Empreendimentos turísticos8,00€
 - g) Parques de campismo8,00€
 - h) Estacionamento6,50€
 - i) Equipamentos6,50€
 - j) Outros6,50€
3. À taxa referida no n.º 1 acrescem as seguintes taxas, a cobrar :
 - a) Muros e vedações, por metro linear1,50€
 - b) Terraços, por m²1,50€
 - c) Piscinas, por m³2,00€
4. À taxa referida no n.º 1 acresce, para efeitos de ampliação ou fechamento de vãos de portas e janelas nas fachadas dos edifícios após a licença/autorização de utilização, a taxa, a cobrar por m² de área bruta de construção0,75€

5. À taxa referida no n.º 1 acresce, no caso da licença/admissão de comunicação prévia para demolição, a seguinte taxa, a cobrar por m² de área bruta de construção.....0,60€
6. As taxas devidas pela licença/admissão de comunicação prévia previstas neste artigo são liquidadas no momento em que seja deferido o respectivo pedido de licenciamento, sendo notificado o titular do montante da taxa a pagar.
7. Após a notificação do acto de liquidação e do deferimento do pedido, o titular da licença/admissão de comunicação prévia dispõe do prazo fixado no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação para o pagamento das respectivas taxas.
8. As áreas ocupadas por construções destinadas a actividades ligadas ao turismo, ambiente, indústria, agricultura e pecuária beneficiam da redução de 25% a aplicar sobre as taxas previstas neste artigo. Caso a sede social das empresas que tenham por objecto actividades ligadas ao turismo, ambiente, indústria, agricultura e pecuária esteja localizada no Município de Loures, a redução será de 50%.
9. As intervenções que sejam de construção, reconstrução ou modificação em Núcleos Antigos delimitados de níveis 1 e 2 aprovados em reunião de Câmara, beneficiam da redução de 50% a aplicar sobre as taxas previstas neste artigo.

Artigo 28.º

Prorrogações

A prorrogação dos prazos para realização das obras mencionadas no artigo anterior está sujeita ao pagamento, no momento da sua concessão, pelo requerente, das seguintes taxas, a cobrar por mês:

- a) 1ª prorrogação578,00€
- b) 2ª prorrogação911,00€

Secção II – Antenas e aerogeradores

Artigo 29.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar para instalação e funcionamento de infra-estruturas de suporte de radiocomunicações e aerogeradores é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa180,00€

Artigo 30.º

Licença/autorização

1. Pela licença/autorização para instalação e funcionamento de infra-estruturas de suporte de radiocomunicações é devida, pelo titular, a seguinte taxa, a cobrar por unidade.....4.174,00€
2. Pela licença/autorização para instalação e funcionamento de aerogeradores é devida, pelo titular, a taxa, a cobrar por unidade2.782,50€
3. As taxas devidas pelas licenças/autorizações previstas neste artigo são liquidadas no momento em que seja deferido o respectivo pedido de licenciamento/autorização, sendo notificado o titular do montante da taxa a pagar.
4. Após a notificação do acto de liquidação e do deferimento do pedido, o titular da licença/autorização dispõe do prazo fixado no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação para o pagamento das respectivas taxas.

Secção III – Utilização e aproveitamento do domínio municipal por motivos de obras

Artigo 31.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal

1. A utilização e aproveitamento do domínio municipal por motivo de obras de construção, demolição, reparação, alteração com área vedada por tapumes ou outros resguardos está sujeita ao pagamento, no momento da emissão de licença, pelo utilizador, das seguintes taxas:
 - a) A cobrar por mês225,00€
 - b) À taxa prevista na alínea anterior acresce, cobrar por m² de domínio municipal utilizado.....3,00€
2. A utilização e aproveitamento do domínio municipal por motivo de obras de construção, demolição, reparação, alteração fora de tapumes ou outros resguardos está sujeita ao pagamento, no momento da emissão de licença, pelo utilizador, das seguintes taxas:
 - a) A cobrar por dia225,00€
 - b) À taxa prevista na alínea anterior acresce, cobrar por m² de domínio municipal utilizado.....3,55€
3. A utilização e aproveitamento do domínio municipal por motivo de abertura de valas está sujeita ao pagamento, no momento da emissão de licença, pelo utilizador, das seguintes taxas:
 - a) A cobrar por dia225,00€
 - b) À taxa prevista na alínea anterior acresce, cobrar por m³ de domínio municipal utilizado.....4,00€

Secção IV – Autorizações administrativas de utilização de edificações

Artigo 32.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar para emissão de autorização de utilização e alteração dessa utilização é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa180,00€

Artigo 33.º

Autorização de utilização

1. Pela autorização de utilização e alteração dessa utilização são devidas, pelo titular, as taxas que se seguem, a cobrar por m² de área bruta de construção:
 - a) Habitação, incluindo seus anexos.....0,80€
 - b) Comércio/ Serviços, incluindo seus anexos1,00€
 - c) Armazéns0,85€
 - d) Industria, incluindo seus anexos:
 - Tipo 11,60€
 - Tipo 21,40€
 - Tipo 31,25€
 - Tipo 41,10€
 - e) Restauração e/ou bebidas1,00€
 - f) Empreendimentos turísticos1,20€
 - g) Parques de campismo1,20€
 - h) Estacionamentos0,85€
 - i) Equipamentos0,85€
 - j) Outros0,85€
2. As taxas devidas pelas autorizações previstas neste artigo são liquidadas no momento em que seja deferido o respectivo pedido de autorização, sendo notificado o titular do montante da taxa a pagar.
3. Após a notificação do acto de liquidação e do deferimento do pedido, o titular da autorização dispõe do prazo fixado no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação para o pagamento das respectivas taxas .
4. As taxas previstas nos números anteriores são devidas pela autorização de utilização de edificação nova ou alteração de utilização de edifício reconstruído, ampliado ou alterado.

Artigo 34.º

Ficha técnica de habitação

Pelo depósito do exemplar da ficha técnica de habitação é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do pedido, a seguinte taxa por cada fogo22,00 €

Secção V – Declaração prévia

Artigo 35.º

Estabelecimentos industriais

Pela admissão de declaração prévia para instalação, alteração e exploração de estabelecimento industrial tipo 4 é devida, pelo titular, no momento da apresentação da declaração prévia, a seguinte taxa180,00€

Artigo 36.º

Estabelecimentos cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas

Pela admissão de declaração prévia para instalação e modificação dos estabelecimentos cujo funcionamento pode envolver risco para a saúde e segurança das pessoas nos termos do DL n.º 259/2007, de 17 de Julho, é devida, pelo titular, no momento da apresentação da declaração prévia, a seguinte taxa233,50€

Artigo 37.º

Estabelecimentos de restauração e bebidas

Pela admissão de declaração prévia para instalação ou modificação de estabelecimentos de restauração e bebidas, é devida, pelo titular da exploração, no momento da admissão da comunicação prévia a seguinte taxa169,00€

Secção VI – Vistorias e inspecções

Artigo 38.º

Constituição propriedade horizontal

Pela realização de vistorias para constituição de propriedade horizontal é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por fracção ou unidade de ocupação.....201,00 €

Artigo 39.º

Dever de conservação

Pela realização de vistorias para efeitos dos artigos 12.º do Regulamento Geral de Edificações Urbanas e 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por fracção ou unidade de ocupação192,00 €

Artigo 40.º

Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes

Pela realização de inspeções periódicas ordinárias, extraordinárias e reinspeções a ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes é devida, pelo requerente, por unidade, a seguinte taxa

.....	241,00€
-------	---------

Artigo 41.º

Classificação de empreendimento turístico

Pela realização de vistoria de classificação de empreendimento turístico são devidas, pelo requerente, as taxas que se seguem:

- | | |
|--|-------|
| a) Parques de campismo, por m ² de área de intervenção | 0,30€ |
| b) Turismo de habitação, por m ² de área bruta de construção | 0,35€ |
| c) Turismo no espaço rural, por m ² de área bruta de construção | 0,35€ |

Artigo 42.º

Estabelecimentos industriais tipo 4

Pela realização de vistorias em estabelecimentos industriais tipo 4 é devida, pelo requerente, a seguinte taxa

.....	576,00€
-------	---------

Artigo 43.º

Disposições genéricas

1. As vistorias só são realizadas depois de pagas as respectivas taxas.
2. O pagamento das taxas previstas nesta secção é efectuado no acto de entrega do requerimento.

Secção VII – Informação prévia

Artigo 44.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar do pedido de informação prévia é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa

.....	180,00€
-------	---------

Artigo 45.º

Informação prévia

Pelo pedido de informação prévia ou parecer de localização são devidas, pelo interessado, no acto da apresentação do pedido, as taxas que se seguem:

- | | |
|---|-------|
| a) Operação de loteamento, por m ² de área de intervenção..... | 0,55€ |
| b) Obras de urbanização, por m ² de área de intervenção | 0,65€ |
| c) Outros, por m ² de área bruta de construção..... | 0,70€ |

Secção VIII – Operações de loteamento e obras de urbanização

Artigo 46.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar de pedido de licença/comunicação prévia para efeitos de realização de operação de loteamento e obras de urbanização são devidas, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa.....180,00€

Artigo 47.º

Licença/comunicação prévia de loteamento e obras de urbanização

1. Pela licença/admissão de comunicação prévia de loteamento e respectivas obras de urbanização é devida, pelo titular, a seguinte taxa, a cobrar por mês345,50€
2. À taxa referida no n.º 1 acrescem as seguintes taxas, a cobrar por m² de área bruta de construção:
 - a) Habitação, incluindo seus anexos0,90€
 - b) Comércio / Serviços, incluindo seus anexos1,10€
 - c) Armazéns1,00€
 - d) Indústria, incluindo seus anexos1,60€
 - e) Restauração e/ou bebidas1,10€
 - f) Empreendimentos turísticos1,25€
 - g) Parques de campismo1,25€
 - h) Estacionamentos1,00€
 - i) Equipamentos1,00€
 - j) Outros1,00€

Artigo 48.º

Licença/comunicação prévia de obras de urbanização

1. Pela licença/admissão de comunicação prévia de obras de urbanização não previstas no artigo anterior é devida, pelo titular, a seguinte taxa, a cobrar por mês38,50€
2. À taxa referida no n.º 1 acresce a taxa, a cobrar por m² de área de intervenção12,00€

Artigo 49.º

Liquidação

1. As taxas devidas pelas licenças previstas nos artigos 47.º e 48.º são liquidadas no momento em que seja deferido o respectivo pedido de licenciamento, sendo notificado o titular do montante da taxa a pagar.

2. Após a notificação do acto de liquidação e do deferimento do pedido, o titular da licença/admissão de comunicação prévia dispõe do prazo fixado no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação para o pagamento das respectivas taxas.

Artigo 50.º

Prorrogações

A prorrogação dos prazos para realização das obras de urbanização está sujeita ao pagamento, no momento da sua concessão, pelo requerente, das seguintes taxas, a cobrar por mês:

- a) 1ª prorrogação578,00€
b) 2ª prorrogação911,00€

Artigo 51.º

Compensação por falta de área de cedência

1. Nos casos previstos no n.º 4 do artigo 44.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização, é devida a taxa de compensação pela falta de área para efeito quantificada no alvará de loteamento ou nas situações previstas nos ns.º5 e 6 do artigo 57.º do referido diploma, no momento do pedido de emissão de alvará sem prejuízo do disposto na alínea e) do n.º 3 do presente artigo, a cobrar por m², no montante345,50€
2. Em caso de áreas urbanas de génese ilegal cuja ocupação seja predominantemente habitacional, a taxa de compensação pela falta de área é fixada pela Câmara Municipal no acto de aprovação do estudo de loteamento, ponderadas as áreas de cedência que os estudos já prevejam, pela seguinte forma:
- a) Nas áreas de cedência para espaços verdes de utilização colectiva são reduzidas as áreas interiores dos lotes que não sejam objecto de implantação de qualquer construção ou impermeabilização do terreno;
 - b) A taxa de compensação pelas áreas referidas na alínea a) é paga pelos proprietários dos lotes no momento da emissão da licença de construção na proporção dos parâmetros urbanísticos previstos para o lote;
 - c) As áreas de cedência para equipamentos de utilização colectiva são pagas no acto da emissão do alvará de loteamento podendo ainda ser efectuadas por pagamento em espécie na construção de equipamentos de utilização colectiva em valor equivalente à importância da taxa liquidada;
 - d) A liquidação das taxas previstas neste número far-se-á pela seguinte fórmula:
d1) $tc_{eq} = (aeq - ace) (tc * (aeq - ace) / aeq)$
Sendo:
tc eq – taxa de compensação de área de cedência para equipamentos de utilização colectiva;
tc – taxa de compensação prevista no n.º 1 deste artigo;

- aeq – área de cedência para equipamentos de utilização colectiva ;
- ace – área de cedência para equipamentos de utilização colectiva prevista no estudo de loteamento;
- d2) A taxa de compensação das áreas de cedência para espaços verdes de utilização colectiva será liquidada nos termos da alínea a) deste número e do n.º 1 deste artigo;
- e) Ponderadas as áreas de cedência para equipamentos de utilização colectiva e as necessidades globais da freguesia, pode a Câmara Municipal autorizar que a taxa de compensação prevista na alínea c) do presente número seja paga no acto da emissão dos licenciamentos/admissão de comunicação prévia de construção na proporção dos parâmetros urbanísticos de cada lote, sem prejuízo da imposição de pagamento com a emissão do alvará de loteamento relativamente a algum ou alguns lotes.

Secção IX – Realização, manutenção e reforço de infra-estruturas

Artigo 52.º

Realização, manutenção e reforço de infra-estruturas

1. Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas cujos correspondentes custos já estejam programados e assumidos pelo município, são devidas as taxas que se seguem, a cobrar por m² de área bruta de construção:

a) Habitação, incluindo seus anexos	9,00€
b) Comércio / Serviços, incluindo seus anexos	11,00€
c) Armazéns	10,00€
d) Industria, incluindo seus anexos:	
• Tipo 1	17,00€
• Tipo 2	15,00€
• Tipo 3	14,00€
• Tipo 4	12,00€
e) Restauração e/ou bebidas	11,00€
f) Empreendimentos turísticos	12,50€
g) Parques de campismo	12,50€
h) Outros	10,00€

2. As taxas previstas no n.º 1 são devidas:
 - a) Pelo titular de licença/comunicação prévia da operação de loteamento; ou
 - b) Pelo titular de licença/comunicação prévia de obras de urbanização não integradas em operações de loteamento; ou

- c) Pelo titular da licença de construção quando para a parcela onde se implante a construção não tenha sido emitido alvará de loteamento, designadamente por resultar duma operação de destaque.
3. A taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas é aplicável sem prejuízo da realização das obras de urbanização previstas na operação do loteamento ou das obras de arranjo do local da obra pelo titular da licença/comunicação prévia.
 4. No caso de se verificar a situação prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização, reduz às taxas previstas no n.º 1 do presente artigo, 30% a executar fora do perímetro do loteamento, até ao máximo de metade do montante apurado no n.º 1 do presente artigo.
 5. As taxas devidas nos termos deste artigo são liquidadas no momento em que seja deferido o respectivo pedido de licenciamento/admissão comunicação prévia, sendo notificado o titular do montante da taxa a pagar.
 6. Após a notificação do acto de liquidação e do deferimento do pedido, o titular da licença/admissão de comunicação prévia dispõe do prazo fixado no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação para o pagamento das respectivas taxas.

Artigo 53.º

Área construção a mais

1. Quando se verifique a existência de área de construção a mais nos termos do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização é devida, pelo titular, no momento do pedido de emissão do aditamento, a taxa de participação nas obras de realização, manutenção e reforço de infra-estruturas e equipamentos, a cobrar por m² de aumento de área bruta de construção, no montante205,00 €
2. O presente artigo não abrange as áreas de estacionamento, arrecadações e alpendres afectas aos fogos, e partes comuns.

Secção X – Licença parcial

Artigo 54.º

Licença parcial

1. Pela licença parcial prevista no artigo 23.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização, é cobrada, ao respectivo titular, no momento em que é pedida a emissão de licença, a taxa de 30% do valor da taxa devida para emissão do alvará de licença de construção definitiva.
2. O valor pago ao abrigo do n.º 1 do presente artigo é abatido aquando da liquidação da taxa devida pela da licença definitiva.

Secção XI – Obras inacabadas

Artigo 55.º

Saneamento e apreciação liminar

Pela apreciação liminar do pedido para obras inacabadas é devida, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, a seguinte taxa180,00€

Artigo 56.º

Licença especial/comunicação prévia

1. Pela licença/admissão de comunicação prévia prevista no artigo 88.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização é devida, pelo titular, no momento do pedido de emissão de licença/admissão comunicação prévia, a seguinte taxa, a cobrar por mês345,84€
2. À taxa referida no n.º 1 acrescem as seguintes taxas, a cobrar por m² de área bruta de construção:
 - a) Habitação, incluindo seus anexos8,50€
 - b) Comércio / Serviços, incluindo seus anexos10,00€
 - c) Armazéns9,00€
 - d) Industria, incluindo seus anexos:
 - Tipo 116,00€
 - Tipo 214,00€
 - Tipo 313,00€
 - Tipo 411,50€
 - e) Restauração e/ou bebidas10,00€
 - f) Empreendimentos turísticos12,00€
 - g) Parques de campismo12,00€
 - h) Estacionamento9,00€
 - i) Equipamentos9,00€
 - j) Outros9,00€

Secção XII – Trabalhos de remodelação

Artigo 57.º

Licença/comunicação prévia

Pela licença/comunicação prévia para trabalhos de remodelação de terrenos, definidos na alínea l) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Edificação e da Edificação, é devida, pelo titular, no momento do pedido de emissão de licença/admissão comunicação prévia, das seguintes taxas:

- a) por mês345,50€
- b) À taxa prevista na alínea anterior acresce, por m² de área intervencionada12,00€

Secção XIII– Actos administrativos

Artigo 58.º

Actos administrativos

A prática dos actos administrativos e a satisfação administrativa das pretensões de carácter particular que se seguem ficam sujeitas ao pagamento, pelo beneficiário, das respectivas taxas, a cobrar por unidade salvo estipulação em contrário, no momento da apresentação da pretensão:

- a) Averbamentos em processos de licença/comunicação prévia de obra em nome do novo dono da obra36,00€
- b) Averbamentos relativos à instalação, alteração e exploração de estabelecimentos industriais43,00€
- c) Desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos de estabelecimentos industriais14,00€
- d) Fornecimento de livro de obra24,00€
- e) Reprodução de desenhos em formato digital, papel de cópia, heliográfica, ozalite ou semelhante:
 - A4 e A3, por folha3,60€
 - Formatos superiores a A3, por m²6,50€
- f) Reprodução de desenhos em papel reprolar e semelhante, ou reprodução manual:
 - A4 e A3, por folha11,50€
 - Formatos superiores a A3, por m²17,00€
- g) Fornecimento de impressos a que se referem os artigos 12.º e 78.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização5,00€
- h) Registo de declarações de responsabilidade de técnicos, por técnico e por obra21,50€

Secção XIV – Deferimento tácito

Artigo 59.º

Deferimento tácito

As taxas a pagar em caso de deferimento tácito são as que se encontram previstas para os actos expressos respectivos.

CAPÍTULO IV
INSTALAÇÕES DE ABASTECIMENTO OU ARMAZENAMENTO
E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Artigo 60.º

Licença /comunicação prévia de construção

1. Pela apreciação liminar do pedido de licenciamento/admissão comunicação prévia de obras de construção, ampliação, alteração ou reconstrução em instalações de abastecimento ou armazenamento de combustíveis, são devidas, pelo requerente, as seguintes taxas, no momento da apresentação do pedido:
 - a) Instalações de armazenamento de produtos de petróleo110,00€
 - b) Postos de abastecimento de combustíveis180,00€
 - c) Redes de distribuição, objecto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³90,00€

2. Pela licença/admissão comunicação prévia de construção, ampliação, alteração ou reconstrução de instalações de armazenamento de produtos de petróleo ou postos de abastecimento de combustíveis, são devidas, pelo requerente, no momento da emissão da licença/admissão comunicação prévia, as taxas que se seguem:
 - a) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 50 m³ e inferior a 500 m³
 - a1) Taxa base580,00€
 - a2) Por cada 10 m³ acima dos 50 m³8,00€
 - b) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 500 m³ e inferior a 5000 m³
 - b1) Taxa base1.100,00€
 - b2) Por cada 10 m³ acima dos 500 m³8,00€
 - c) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 5000 m³:
 - c1) Taxa base3.000,00€
 - c2) Por cada 100 m³ acima dos 5000 m³8,00€

3. Pela licença/admissão de comunicação prévia para a execução das redes de distribuição, objecto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³, é devida, pelo requerente, no momento da emissão da licença/admissão da comunicação prévia, a seguinte taxa65,00€

Artigo 61.º

Licença/comunicação prévia de exploração

1. Pela apreciação liminar do pedido de licenciamento/admissão comunicação prévia de exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, são devidas, pelo requerente, as seguintes taxas, no momento da apresentação do requerimento:

- a) Instalações de armazenamento de produtos de petróleo110,00€
- b) Postos de abastecimento de combustíveis180,00€
- c) Redes de distribuição, objecto do Decreto-Lei n.º125/97, de 23 de Maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³90,00€
2. Pela licença/admissão de comunicação prévia de exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, são devidas, pelo requerente, no momento da emissão da licença/admissão comunicação prévia as taxas que se seguem:
- a) Com capacidade total dos reservatórios inferior a 50 m³580,00€
- b) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 50 m³ e inferior a 500 m³
- b1) Taxa base1.100,00€
- b2) Por cada 10 m³ acima dos 50 m³8,00€
- c) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 500 m³ e inferior a 5000 m³
- c1) Taxa base1.500,00€
- c2) Por cada 10 m³ acima dos 500 m³8,00€
- d) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 5000 m³:
- d1) Taxa base3.000,00€
- d2) Por cada 100 m³ acima dos 5000 m³8,00€
3. Pela licença/admissão comunicação prévia para a exploração das redes de distribuição, objecto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³, é devida, pelo requerente, no momento da emissão licença/admissão da comunicação prévia, a seguinte taxa90,00€
4. Pela apreciação da entrega dos documentos do processo relativo a instalações não sujeitas a licenciamento, constantes do Anexo III B do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 26 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de, 30 de Novembro, são devidas, pelo requerente, no momento da entrega do processo, a seguinte taxa:
- a) Classe B2115,00€

Artigo 62.º

Averbamentos

A pratica dos actos administrativos que seguem fica sujeita ao pagamento, pelo requerente, das seguintes taxas, a cobrar por unidade, no momento da apresentação do requerimento:

- a) Averbamento à licença de exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo.....63,00€
- b) Averbamento à licença de exploração de postos de abastecimento de combustíveis.....63,00€

Artigo 63.º

Vistorias

1. Pela realização de vistorias relativas a instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, relativas ao processo de licenciamento, apreciação de recursos hierárquicos e para verificação do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações, são devidas, pelo requerente, as seguintes taxas:

- a) Com capacidade total dos reservatórios inferior a 50 m³302,00€
- b) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 50 m³ e inferior a 500 m³453,00€
- c) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 500 m³543,00€

2. Pela realização de vistorias periódicas de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, são devidas, pelo requerente, as seguintes taxas:

- a) Com capacidade total dos reservatórios inferior a 50 m³302,00€
- b) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 50 m³ e inferior a 500 m³453,00€
- c) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 500 m³870,00€

3. Pela repetição de vistorias para verificação de condições impostas, são devidas, pelo requerente, as seguintes taxas:

- a) Com capacidade total dos reservatórios inferior a 50 m³453,00€
- b) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 50 m³ e inferior a 500 m³543,00€
- c) Com capacidade total dos reservatórios superior ou igual a 500 m³1.376,00€

4. As vistorias só são realizadas depois de pagas as respectivas taxas.

5. O pagamento das taxas previstas no neste artigo é efectuado no acto de entrega do requerimento.

Artigo 64.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal

A utilização do domínio municipal está sujeita ao pagamento da taxa correspondente consagrada no Capítulo “Utilização e aproveitamento do domínio municipal”.

CAPÍTULO V

UTILIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DO DOMÍNIO MUNICIPAL

Artigo 65.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal aéreo

A utilização e aproveitamento do domínio municipal aéreo está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por mês:

- a) Alpendres ou palas, por metro linear de frente de domínio municipal utilizado.....2,00€
- b) Guindastes e semelhantes, por unidade10,00€
- c) Toldos, por metro linear de domínio municipal utilizado0,50€
- d) Fita anunciadora, por m² de domínio municipal utilizado.....3,50€
- e) Outras utilizações do domínio público municipal aéreo, por metro linear de domínio municipal utilizado2,00€

Artigo 66.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal por equipamentos

1. A utilização e aproveitamento do domínio municipal por equipamentos está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por ano:

- a) Tubos, condutas, cabos condutores, armários, fibras ópticas, cabos telefónicos ou eléctricos, instalações electrónicas, instalações de redes de informática ou outra cablagem, gás, água e semelhante, por metro linear de domínio municipal utilizado.....3,00€
- b) Fios ou outros dispositivos de qualquer natureza ou fim, por metro linear de domínio municipal utilizado8,00€
- c) Suporte de fios e semelhantes, por unidade10,00€
- d) Postos de transformação, cabinas eléctricas ou semelhantes, por m³ de domínio municipal utilizado52,00€
- e) Cabina telefónica, por unidade65,00€
- f) Depósitos subterrâneos e à superfície com excepção dos mencionados nas alíneas j) e k), por m² de domínio municipal utilizado36,00€
- g) Galeria técnica, por metro linear de domínio municipal utilizado4,00€
- h) Aerogeradores, por unidade130,00€
- i) Antenas, por unidade150,00€
- j) Instalações de armazenamento de produtos de petróleo, à superfície e subterrâneos, m² de domínio municipal utilizado12,00€

- k) Postos de abastecimento, por m² de domínio municipal utilizado.....12,00€
- l) Bombas de ar e água instaladas inteiramente no domínio municipal, por unidade.....100,00€
- m) Bombas de ar e água instaladas inteiramente em propriedade privada, mas abastecendo no domínio municipal, por unidade.....45,00€
- n) Bombas de ar e água instaladas em propriedade privada, mas com depósito ou compressor no domínio municipal, por unidade.....90,00€
- o) Tomadas de ar instaladas noutras bombas:
- o1) Com compressor saliente no domínio municipal, por unidade.....70,00€
- o2) Com compressor ocupando apenas o subsolo do domínio municipal, por unidade.....60,00€
- o3) Com compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo no domínio municipal, por unidade.....36,00€
- p) Tomadas de água, abastecendo no domínio municipal, por unidade.....35,00€
- q) Áreas de lavagem de veículos e outros serviços de apoio, por m² de domínio municipal utilizado.....12,00€
2. A utilização e aproveitamento do domínio municipal prevista nas alíneas j) a q) inclui a utilização e o aproveitamento do domínio municipal com os tubos condutores que forem necessários à instalação.
3. Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, originam o pagamento da taxa determinada com base na aplicação do percentual 0,25% sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área do Município.
4. Ficam isentas do pagamento das taxas constantes do n.º 1 os utilizadores sujeitos à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) prevista no n.º 3, cobrada por este Município, relativamente aos equipamentos que originaram a incidência da TMDP.

Artigo 67.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal com construções ou instalações especiais

A utilização e aproveitamento do domínio municipal com construções ou instalações especiais, está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, das respectivas taxas:

- a) Construções ou instalações provisórias por motivos de festejos ou outras celebrações, por m² de domínio municipal utilizado e por dia.....0,80€
- b) Acampamentos ocasionais, por dia e por unidade de ocupação2,00€
- c) Quiosques, por m² de domínio municipal utilizado e por mês8,00€

- d) Bancas e expositores, por m² de domínio municipal utilizado e por dia0,15€
- e) Pavilhões por m² de domínio municipal utilizado e por dia0,30€
- f) Agências ou postos de venda de bilhetes, m² de domínio municipal utilizado e por mês.....10,00€
- g) Suportes publicitários, por m² e por mês.....3,50€
- h) Recintos itinerantes, por m² e por dia.....0,30€
- i) Recintos improvisados, por m² e por dia0,35€
- j) Outras construções ou instalações não incluídas nas alíneas anteriores, por m² de domínio municipal utilizado e por dia0,25€

Artigo 68.º

Utilização e aproveitamento diversas do domínio municipal

A utilização e aproveitamento do domínio municipal está sujeita ao pagamento, no momento da emissão de licença, pelo utilizador, das respectivas taxas, por m² e por mês, salvo estipulação em contrário:

- a) Esplanadas
 - a1) abertas4,00€
 - a2) fechadas 10,00€
- b) Arcas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares9,00€
- c) Roulottes14,00€
- d) Queimadas ou fogueiras, por unidade e por dia6,00€
- e) Leilões, por leilão e por dia:
 - e1) com fins lucrativos.....8,00€
 - e2) sem fins lucrativos6,00€
- f) Outras utilizações e aproveitamentos5,00€

Artigo 69.º

Arrematação em hasta pública

1. Sempre que se presume a existência de mais de um interessado, pode a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito de utilização e aproveitamento, fixando livremente a respectiva base de licitação.
2. O produto da arrematação é cobrado no acto da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar logo, pelo menos metade. O restante será dividido em prestações mensais seguidas, não superiores a seis, mas de modo a que a sua cobrança não ultrapasse o mês anterior ao da utilização.
3. Em caso de nova arrematação terá direito de preferência, em igualdade de licitação, o anterior utilizador, salvo se a Câmara Municipal tomar deliberação fundamentada em sentido diverso.

4. Tratando-se de instalações de armazenamento de produtos de petróleo ou postos de abastecimento de combustíveis bombas abastecedoras a instalar no domínio municipal, mas junto a garagens ou estações de serviço, terão preferência na arrematação os respectivos proprietários, quando em igualdade de licitação.

Artigo 70.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

CAPÍTULO VI CONDUÇÃO E TRÂNSITO DE VEÍCULOS

Artigo 71.º

Licenças de condução

1. Pelas licenças que se seguem são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, a cobrar por unidade, no momento da sua emissão:
 - a) 2.ª via da licença de condução de ciclomotor.....10,00€
 - b) Revalidação da licença de condução de ciclomotor10,00€
 - c) 2.ª via da licença de condução de motociclo.....10,00€
 - d) Revalidação da licença de condução de motociclo10,00€
 - e) Emissão da licença de condução de veículos agrícolas10,00€
 - f) 2.ª via da licença de condução de veículo agrícola.....10,00€
 - g) Revalidação da licença de condução de veículo agrícola10,00€

2. A substituição de licença emitida pela Prevenção Rodoviária Portuguesa (dos 14 aos 16 anos) está sujeita ao pagamento, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, da seguinte taxa, a cobrar por unidade10,00€

3. A prática dos actos administrativos que se seguem fica sujeita ao pagamento, pelo requerente, das respectivas taxas, a cobrar por unidade, no momento da apresentação da pretensão:
 - a) Alterações à licença de condução de ciclomotores10,00€
 - b) Alterações à licença de condução de motociclos10,00€
 - c) Alterações à licença de condução de veículos agrícolas10,00€
 - d) Cancelamento de matrícula10,00€

Artigo 72.º

Táxis

1. Pelas licenças dos veículos automóveis ligeiros de passageiros (Táxis) que se seguem são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, a cobrar por unidade, no momento da sua emissão:
 - a) Emissão da licença308,00€
 - b) Renovação da licença32,00€
 - c) Substituição da licença15,00€

2. A prática do acto administrativo que se segue fica sujeita ao pagamento, pelo requerente, da respectiva taxa, a cobrar por unidade, no momento da apresentação da pretensão:
 - a) Averbamento8,00€

Artigo 73.º

Remoção e recolha de viaturas

A remoção e recolha de viaturas está sujeita ao pagamento das taxas aplicáveis nos termos do Código da Estrada e da Portaria n.º 1424/2001, de 13 de Dezembro.

Artigo 74.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

CAPÍTULO VII PUBLICIDADE

Artigo 75.º

Publicidade afecta a mobiliário urbano

Pela autorização de produção de publicidade em suporte publicitário, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da autorização, as taxas que se seguem, a cobrar por m² e por ano:

- a) Anúncios não luminosos50,00€
- b) Anúncios luminosos ou directamente iluminados300,00€

Artigo 76.º

Publicidade em edifícios ou em outras construções

1. Pela licença de publicidade em edifícios ou em outras construções, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem, a cobrar por m² e por ano:

- a) Anúncios luminosos ou directamente iluminados20,00€
- b) Anúncios não luminosos15,00€

2. Pela licença de publicidade instalada em empenas ou fachadas laterais cegas, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem, a cobrar por m² e por ano:

- a) Anúncios luminosos ou directamente iluminados10,00€
- b) Anúncios não luminosos5,00€

3. Pela licença de publicidade instalada em andaimes, tapumes e resguardos, são devidas, pelo respectivo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por m² e por mês
.....2,50€

4. Pela licença de colocação de frisos luminosos, quando sejam complementares dos anúncios mencionados nos n.ºs 1 e 2 e não entrem na sua medição, é devida, pelo respectivo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por metro linear e por ano.....1,25€

Artigo 77.º

Publicidade em veículos

1. Pela licença de publicidade em veículos

a) relacionada com a actividade do respectivo proprietário, locatário ou usufrutuário, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem, a cobrar por veículo e por ano:

- i. ciclomotores e motociclos15,00€
- ii. veículos ligeiros50,00€
- iii. veículos pesados70,00€
- iv. reboques e semi-reboques40,00€

2. Pela licença de publicidade em veículos utilizados exclusivamente para o exercício de actividade publicitária, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por veículo e por mês150,00€
3. Pela licença de publicidade em transportes públicos são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem:
 - a) transportes colectivos, por m² e por ano.....22,00€
 - b) táxis, por viatura e por ano.....100,00€
4. Pela licença de publicidade em outros meios móveis, é devida, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por veículo e por mês50,00€
5. A publicidade em veículos que transitem por vários municípios apenas é licenciável pela Câmara do Município onde os proprietários individuais tenham residência permanente ou as empresas proprietárias ou locatárias tenham a sua sede social.

Artigo 78.º

Publicidade aérea

1. Pela licença para a colocação de publicidade em avionetas, helicópteros, para pentes, pára-quedas e outros semelhantes, bem como dispositivos aéreos cativos, é devida, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por dispositivo publicitário e por dia52,00€
2. Pela licença para publicidade em fita anunciadora, é devida, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por m² e por dia.....0,42€

Artigo 79.º

Publicidade sonora

Pela licença para produção de publicidade sonora, na ou para a via pública, é devida, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por dia10,00€

Artigo 80.º

Campanhas publicitárias de rua

Pela licença para a realização de campanhas publicitárias de rua, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem, a cobrar por campanha e por dia:

- a) Distribuição de panfletos.....80,00€
- b) Distribuição de produtos25,00€
- c) Provas de degustação30,00€
- d) Outras acções promocionais de natureza publicitária25,00€

Artigo 81.º

Publicidade diversa

Pelas licenças para produção de publicidade não prevista nos artigos anteriores, são devidas, pelo titular, no momento da emissão da licença, as taxas que se seguem:

- a) Bandeiras, bandeirolas e pendões por unidade e por mês7,00€
- b) Outra publicidade não incluída nos artigos anteriores, por m² e por ano25,00€

Artigo 82.º

Placas de proibição

Pela licença para a colocação de placas de proibição, é devida, pelo titular, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa a cobrar por cada uma e por ano6,00€

Artigo 83.º

Disposições genéricas

- 1. Sendo os anúncios ou reclamos total ou parcialmente escritos em estrangeiro, salvo no caso de firmas e marcas, é cobrado o dobro das taxas fixadas.
- 2. As licenças ou autorizações concedidas no âmbito do presente capítulo vigoram pelo prazo máximo de um ano.

Artigo 84.º

Medição

- 1. No mesmo anúncio ou reclamo utilizar-se-á mais de um processo de medição quando só assim se puder determinar a taxa a cobrar.
- 2. Nos anúncios ou reclamos volumétricos a medição faz-se pela superfície exterior.

Artigo 85.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 86.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal

- 1. A utilização do domínio municipal está sujeita ao pagamento da taxa correspondente consagrada no Capítulo “Utilização e aproveitamento do domínio municipal”.
- 2. As taxas consagradas neste capítulo são devidas sempre que a publicidade se divise da via pública, entendendo-se para esse efeito como via pública, as ruas, estradas, caminhos, avenidas, praças e todos os demais lugares onde transitem livremente peões ou veículos.

CAPÍTULO VIII MERCADOS E FEIRAS

Secção I – Mercados

Artigo 87.º

Categorias

Os Mercados do Concelho de Loures encontram-se classificados em quatro categorias:

- a) 1.ª categoria – Mercado de Moscavide e Mercado do Prior Velho;
- b) 2.ª categoria – Mercado de Loures, Mercado da Bobadela, Mercado de Bucelas e Mercado de Sacavém;
- c) 3.ª categoria – Mercado Vale Figueira e Mercado Bairro de Angola;
- d) 4.ª categoria – restantes Mercados Municipais.

Artigo 88.º

Locais de venda

1. Nos Mercados são considerados locais de venda:
 - a) as lojas;
 - b) as bancas;
 - c) os lugares de terrado.

2. As lojas classificam-se por as seguintes actividades:
 - a) Grupo I – talhos e peixarias;
 - b) Grupo II – restauração e bebidas e churrascos para fora;
 - c) Grupo III – mercearias e padarias;
 - d) Grupo IV - outros.

3. As bancas classificam-se por actividade:
 - a) Grupo I - peixe;
 - b) Grupo II – aves, ovos e produtos de charcutaria;
 - c) Grupo III – produtos hortofrutícolas e flores;
 - d) Grupo IV - outros.

Artigo 89.º

Utilização das bancas

1. A utilização das bancas nos Mercados de 1.ª categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
 - a) Grupo I, por dia0,90€
 - b) Grupo II, por dia0,80€

- c) Grupo III, por dia0,70€
d) Grupo IV, por dia0,60€
2. A utilização das bancas nos Mercados de 2.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por dia0,80€
b) Grupo II, por dia0,70€
c) Grupo III, por dia0,60€
d) Grupo IV, por dia0,50€
3. A utilização das bancas nos Mercados de 3.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por dia0,70€
b) Grupo II, por dia0,60€
c) Grupo III, por dia0,50€
d) Grupo IV, por dia0,40€
4. A utilização das bancas nos Mercados de 4.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por dia0,50€
b) Grupo II, por dia0,45€
c) Grupo III, por dia0,40€
d) Grupo IV, por dia0,35€

Artigo 90.º

Utilização das lojas

1. A utilização das lojas nos Mercados de 1.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por ano.....90,00€
b) Grupo II, por ano74,00€
c) Grupo III, por ano62,00€
d) Grupo IV, por ano50,00€
2. A utilização das lojas nos Mercados de 2.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por ano.....76,00€
b) Grupo II, por ano63,00€
c) Grupo III, por ano53,00€
d) Grupo IV, por ano43,00€

3. A utilização das lojas nos Mercados de 3.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por ano72,00€
 - b) Grupo II, por ano59,00€
 - c) Grupo III, por ano50,00€
 - d) Grupo IV, por ano40,00€
4. A utilização das lojas nos Mercados de 4.^a categoria está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por m²:
- a) Grupo I, por ano45,00€
 - b) Grupo II, por ano37,00€
 - c) Grupo III, por ano31,00€
 - d) Grupo IV, por ano.....25,00€
5. A ocupação das lojas com comunicação para o exterior, quando utilizem essa circunstância para praticarem horário alargado relativamente aos estabelecidos para o funcionamento dos Mercados, está sujeita ao pagamento do dobro da taxa, relativamente à categoria de Mercado e à actividade em que se encontram inseridas.

Artigo 91.º

Utilização de lugares de terrado

A utilização de lugares de terrado nos Mercados está sujeita, ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, da seguinte taxa a cobrar por m² e por dia0,50€

Artigo 92.º

Produtos ou géneros abandonados

A manutenção e guarda de produtos e géneros abandonados está sujeita ao pagamento, pelo reclamante, no momento do levantamento, da seguinte taxa a cobrar por produto e por dia5,00€

Artigo 93.º

Utilização de utensílios fornecidos pela Câmara

A utilização de utensílios fornecidos pela Câmara, quando não incluídos na taxa de utilização do local de venda, está sujeita ao pagamento, pelo utilizador, no momento da utilização, ao pagamento das respectivas taxas:

- a) Balanças, por cada pesagem
 - a1) com básculas para veículos ou grandes volumes.....0,65€
 - a2)outras balanças.....0,65€
- b) tanques de lavagem, por cada lavagem.....0,65€
- c) câmaras frigoríficas, por dia.....0,65€
- d) outros utensílios, por unidade e por dia.....0,65€

Artigo 94.º

Utilização de outras instalações

A utilização das instalações para arrecadação, armazenagem, selecção ou acondicionamento de mercadorias, está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas:

a) armazéns, por dia	
a1) privativo, por m ²	0,40€
a2) comum, por unidade.....	0,35€
b) arrecadação, por dia	
b1) privativo, por m ²	0,65€
b2) comum, por unidade.....	0,60€
c) terrados, por dia	
c1) privativo, por m ²	0,52€
c2) comum, por unidade.....	0,45€
d) depósitos, por dia	
d1) privativo, por m ²	0,40€
d2) comum, por unidade.....	0,35€
e) outros, por dia	
e1) privativo, por m ²	0,72€
e2) comum, por unidade.....	0,65€

Artigo 95.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 96.º

Arrematação em hasta pública

1. Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, pode a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito de utilização e aproveitamento, fixando livremente a respectiva base de licitação.
2. O produto da arrematação é cobrado no acto da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar logo, pelo menos metade. O restante será dividido em prestações mensais seguidas, não superiores a seis, mas de modo a que a sua cobrança não ultrapasse o mês anterior ao da utilização.
3. Em caso de nova arrematação terá direito de preferência, em igualdade de licitação, o anterior utilizador, salvo se a Câmara Municipal tomar deliberação fundamentada em sentido diverso.

Artigo 97.º

Unidades de medida

As fracções de metro linear e de m² arredondam-se sempre por excesso e, conforme os casos, para metade ou para a unidade de metro. Quando a medição, estando prevista no Regulamento por metro linear, só pode ser feita em m² ou vice-versa, as respectivas taxas aplicam-se segundo a equivalência de um metro linear, por dois m².

Secção II – Feiras

Artigo 98.º

Utilização de locais de venda

1. A utilização de lugares de terrado nas Feiras está sujeita, ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, da seguinte taxa a cobrar por m² e por dia0,50€
2. A utilização de locais de venda não referidos no número anterior está sujeita ao pagamento da taxa correspondente consagrada no Capítulo “Utilização e aproveitamento do domínio municipal”.

Artigo 99.º

Utilização de outras instalações

A utilização das instalações para arrecadação, armazenagem, selecção ou acondicionamento de mercadorias, está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da autorização, pelo utilizador, das respectivas taxas:

- a) armazéns, por dia
 - a1) privativo, por m².....0,40€
 - a2) comum, por unidade.....0,35€
- b) arrecadação, por dia
 - b1) privativo, por m².....0,65€
 - b2) comum, por unidade.....0,60€
- c) terrados, por dia
 - c1) privativo, por m².....0,52€
 - c2) comum, por unidade.....0,45€
- d) depósitos, por dia
 - d1) privativo, por m².....0,40€
 - d2) comum, por unidade.....0,35€
- e) outros, por dia
 - e1) privativo, por m².....0,72€
 - e2) comum, por unidade.....0,65€

Artigo 100.º

Utilização de utensílios fornecidos pela Câmara

A utilização de utensílios fornecidos pela Câmara, quando não incluídos na taxa de utilização do local de venda, está sujeita ao pagamento, pelo utilizador, no momento da utilização, das respectivas taxas:

- a) balanças, por cada pesagem
 - a1) com básculas para veículos ou grandes volumes.....0,65€
 - a2) outras balanças.....0,65€
- b) tanques de lavagem, por cada lavagem.....0,65€
- c) câmaras frigoríficas, por dia.....0,65€
- d) outros utensílios, por unidade e por dia0,65€

Artigo 101.º

Produtos ou géneros abandonados

A manutenção e guarda de produtos e géneros abandonados está sujeita ao pagamento, pelo reclamante, no momento do levantamento, da seguinte taxa a cobrar por produto e por dia5,00€

Artigo 102.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 103.º

Arrematação em hasta pública

1. Sempre que se presume a existência de mais de um interessado, pode a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito de utilização e aproveitamento, fixando livremente a respectiva base de licitação.
2. O produto da arrematação é cobrado no acto da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar logo, pelo menos metade. O restante será dividido em prestações mensais seguidas, não superiores a seis, mas de modo a que a sua cobrança não ultrapasse o mês anterior ao da utilização.
3. Em caso de nova arrematação terá direito de preferência, em igualdade de licitação, o anterior utilizador, salvo se a Câmara Municipal tomar deliberação fundamentada em sentido diverso.

Artigo 104.º

Unidades de medida

As fracções de metro linear e de m² arredondam-se sempre por excesso e, conforme os casos, para metade ou para a unidade de metro. Quando a medição, estando prevista no Regulamento por metro linear, só pode ser feita em m² ou vice-versa, as respectivas taxas a aplicam-se segundo a equivalência de um metro linear, por dois m².

CAPÍTULO IX

RUÍDO

Artigo 105.º

Licença especial de ruído

1. Pela licença especial de ruído para actividades ruidosas temporárias é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por hora, no momento da sua emissão20,00€
2. Pela licença especial de ruído para obras de construção civil é devida, pelo requerente, as taxas que se seguem, a cobrar por dia, no momento da sua emissão:
 - a) dias úteis100,00€
 - b) fins-de-semana ou feriados125,00€

Artigo 106.º

Medição

Pela medição do ruído, o requerente, no momento da sua execução, está sujeito ao pagamento da seguinte taxa a cobrar por medição, quando devida50,00€

Artigo 107.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

CAPÍTULO X
LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES

Artigo 108.º

Guarda-nocturno

1. Pela licença e cartão de identificação de guarda-nocturno, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por unidade, no momento da sua emissão20,00€
2. Pela segunda via do cartão de identificação de guarda-nocturno, é devida a seguinte taxa a cobrar por unidade, no momento da sua emissão6,00€

Artigo 109.º

Arrumador de automóveis

1. Pela licença e cartão de identificação de arrumador de automóveis, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por unidade, no momento da sua emissão6,50€
2. Pela segunda via do cartão de identificação de arrumador de automóveis, é devida a seguinte taxa a cobrar por unidade, no momento da sua emissão4,00€

Artigo 110.º

Realização de acampamentos ocasionais

Pela licença para a realização de acampamentos ocasionais, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por dia de acampamento, no momento da sua emissão58,00€

Artigo 111.º

Máquinas de diversão

1. Pelo registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão, é devida, pelo proprietário da máquina, a seguinte taxa a cobrar por máquina, no momento da sua emissão125,00€
2. Pela licença de exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por máquina, no momento da sua emissão115,00€
3. Pela segunda via do registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão, é devida, pelo proprietário da máquina, a seguinte taxa a cobrar por máquina, no momento da sua emissão40,00€

Artigo 112.º

Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre

Pelas licenças que se seguem são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, a cobrar por dia e unidade, no momento da sua emissão:

- a) espectáculos desportivos20,00€
- b) arraiais, romarias, bailes14,00€
- c) outros divertimentos públicos15,00€

Artigo 113.º

Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda

Pela licença para o exercício da venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, é devida, pelo requerente, a seguinte taxa a cobrar por unidade, no momento da sua emissão

.....60,00€

Artigo 114.º

Realização de fogueiras ou queimadas

Pelas licenças que se seguem são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, a cobrar por unidade, no momento da sua emissão:

- a) fogueiras em festas tradicionais10,00€
- b) queimadas10,00€

Artigo 115.º

Realização de leilões

Pela licença para a realização de leilões é devida, pelo requerente, as seguintes taxas, a cobrar por unidade, no momento da sua emissão:

- a) leilões com fins lucrativos37,00€
- b) leilões sem fins lucrativos6,00€

Artigo 116.º

Averbamentos

A prática do acto administrativo que segue fica sujeita ao pagamento da respectiva taxa, pelo requerente, a cobrar por unidade, no momento da apresentação do requerimento:

- a) averbamento efectuado no âmbito do presente capítulo38,00€

Artigo 117.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 118.º

Utilização e aproveitamento do domínio municipal

A utilização do domínio municipal está sujeita ao pagamento da taxa correspondente consagrada no Capítulo “Utilização e aproveitamento do domínio municipal”.

CAPÍTULO XI CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Secção I – Prestação de serviços

Artigo 119.º

Inumação

A colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia está sujeita ao pagamento, pelo requerente, das taxas que se seguem, no momento da apresentação do requerimento:

1. Em sepultura, por cadáver
 - a) caixão madeira20,00€
 - b) caixão madeira duas funduras23,00€
 - c) caixão zinco117,00€

2. Em jazigo, por cadáver
 - a) subterrâneo117,00€
 - b) gavetões100,00€
 - c) capela100,00€

3. Em nicho de consumpção aeróbia, por cadáver16,00€

4. Em jazigo ossário, por ossada8,00€

Artigo 120.º

Trasladação

1. A remoção de restos mortais e cadáver no interior do cemitério está sujeito ao pagamento, pelo requerente, das taxas que se seguem, no momento da apresentação do requerimento:
 - a) Vinda de uma exumação, por ossada20,00€
 - b) Em caixão de madeira, chumbo ou zinco, por cadáver42,00€
 - c) Em caixão de madeira, chumbo ou zinco, por ossada45,00€
 - d) Em urna de cinza, por urna12,00€

2. A remoção de restos mortais e cadáver para fora do cemitério está sujeito ao pagamento, pelo requerente, das taxas que se seguem, no momento da apresentação do requerimento:
 - a) Vinda de uma exumação, por ossada16,00€
 - b) Em caixão de madeira, chumbo ou zinco, por cadáver36,00€
 - c) Em caixão de madeira, chumbo ou zinco, por ossada25,00€
 - d) Em urna de cinza, por urna6,00€

Artigo 121.º

Utilização de espaço ecuménico

A utilização de espaço ecuménico está sujeita ao pagamento, pelo requerente, no momento da apresentação do requerimento, das taxas que se seguem:

- a) Utilização de capela, por dia15,00€
- b) Armação da capela7,50€

Artigo 122.º

Serviços diversos

1. As prestações dos serviços que se seguem ficam sujeitas ao pagamento, pelo requerente, no momento do requerimento, das respectivas taxas:

- a) Limpeza técnica, por ossada22,00€
- b) Manutenção de jazigos, por m² e por ano5,00€
- c) Carreta suplementar para flores7,50€
- d) Soldagem de caixão dentro do cemitério, por caixão12,00€
- e) Manutenção de sepulturas e sinais funerários, por ano:
 - e1) 1.º ano30,00€
 - e2) anos seguintes22,00€
- f) Manutenção bordadura, por ano16,00€
- g) Manutenção de ossários, por ano5,00€
- h) Outras prestações de serviços não contempladas no presente Capítulo5,00€

2. A taxa devida ao abrigo das alíneas b), e), f) e g) só é devida pelos serviços efectivamente prestados pelo Município.

Secção II – Utilização e aproveitamento do domínio municipal

Artigo 123.º

Ossários

A utilização e aproveitamento do domínio municipal com as realidades abaixo mencionadas está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, das respectivas taxas, a cobrar por ano:

- a) Uma ossada num ossário com tampa em pedra14,00€
- b) Duas ossadas num ossário com tampa em pedra20,00€
- c) Uma ossada num ossário com porta de alumínio15,00€
- d) Duas ossadas num ossário com porta de alumínio22,00€
- e) Urna de cinzas depositada em ossário com urna de ossadas3,00€
- f) Urna de cinzas depositada em ossário livre:
 - f1) 1.ª urna15,00€
 - f2) cada urna a mais3,00€

Artigo 124.º

Jazigos

1. A utilização e aproveitamento do domínio municipal com jazigos municipais está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, da seguinte taxa, a cobrar por ano:
 - a) Gavetão85,00€
2. A utilização e aproveitamento do domínio municipal para construção de jazigos está sujeita ao pagamento, no momento da emissão de licença, pelo utilizador, da seguinte taxa a cobrar por m² de terreno e por ano200,00€

Artigo 125.º

Sepulturas

A utilização e aproveitamento do domínio municipal com sepulturas perpétuas está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, da seguinte taxa a cobrar por ano75,00€

Artigo 126.º

Actos administrativos

A prática dos actos administrativos e a satisfação administrativa das pretensões de carácter particular que se seguem ficam sujeitas ao pagamento, pelo requerente, das respectivas taxas, a cobrar por unidade salvo estipulação em contrário, no momento da apresentação da pretensão

- a) Averbamento20,00€
- b) 2.ª via de alvará20,00€
- c) Autorização de transmissão por actos entre vivos da concessão de jazigos e sepulturas perpétuas55,00€

Secção III – Licenças

Artigo 127.º

Arranjo de sepulturas

Pela licença para arranjo de bordadura, é devida, pelo requerente, no momento da emissão da licença, a seguinte taxa por sepultura25,00€

Artigo 128.º

Licenças diversas

Pelas licenças que se seguem, são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, no momento da emissão da licença:

- a) Licença para colocação de lápide-jarra, por unidade10,00€
- b) Licença para colocação de cruz, por unidade10,00€
- c) Licença para jarra metal em ossários ou gavetões, por unidade10,00€
- d) Licença para colocação de placa para epitáfio em ossário, por unidade10,00€
- e) Licença para colocação de placa para epitáfio em nicho de consumpção aeróbia, por unidade10,00€
- f) Outras licenças não contempladas no presente Capítulo10,00€

Artigo 129.º

Jazigos particulares

Pelas licenças que se seguem, são devidas, pelo requerente, as respectivas taxas, no momento da emissão da licença:

- a) Construção jazigos particulares, por m²40,00€
- b) Reconstrução jazigos particulares, por m²24,00€
- c) Modificação jazigos particulares, por m²24,00€

Secção IV – Indeferimento

Artigo 130.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

CAPÍTULO XII

TERRENOS DO DOMÍNIO MUNICIPAL NÃO UTILIZADOS EM HABITAÇÃO

Artigo 131.º

Terrenos municipais não utilizados em habitação

1. A utilização e aproveitamento de terrenos do domínio municipal nos sectores de actividades primário, secundário ou terciário está sujeita ao pagamento, no momento da emissão da licença, pelo utilizador, das seguintes taxas, a cobrar por m² e por ano:
 - a) actividades do sector primário0,40€
 - b) actividades do sector secundário10,00€
 - c) actividades do sector terciário10,00€

2. A utilização e aproveitamento de terrenos municipais com explorações agrícolas de tipo artesanal (hortas), numa área até 500 m² ou por reformados, está isenta do pagamento das taxas referidas no n.º 1.

Artigo 132.º

Indeferimento

As taxas a pagar em caso de indeferimento do requerimento são as que se encontram previstas para o respectivo acto de deferimento, reduzido em 20%.

Artigo 133.º

Arrematação em hasta pública

1. Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, pode a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito de utilização e aproveitamento, fixando livremente a respectiva base de licitação.

2. O produto da arrematação é cobrado no acto da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar logo, pelo menos metade. O restante será dividido em prestações mensais seguidas, não superiores a seis, mas de modo a que a sua cobrança não ultrapasse o mês anterior ao da utilização.

3. Em caso de nova arrematação terá direito de preferência, em igualdade de licitação, o anterior utilizador, salvo se a Câmara Municipal tomar deliberação fundamentada em sentido diverso.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 134.º

Delegação competências

1. O exercício das competências previstas no presente Regulamento quanto a áreas objecto de delegação para as Juntas de Freguesia deve entender-se delegado enquanto vigorarem os respectivos Protocolos de Delegação, salvo quanto à competência para deliberar a isenção ou redução de taxas.
2. A competência para emitir regulamentos e fixar taxas não é objecto de delegação.

Artigo 135.º

Disposição transitória

Às pretensões sujeitas ao pagamento de taxas que correm os seus termos no âmbito de legislações ora alteradas, aplicam-se as taxas previstas no presente Regulamento, com as necessárias adaptações.

Artigo 136.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, são esclarecidos por deliberação dos órgãos competentes.

Artigo 137.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento de Taxas e Licenças anterior ao presente, bem como as demais disposições que disponham em contrário.

Artigo 138.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a sua publicação em Diário da República.

ANEXO 1



OBJECTIVOS

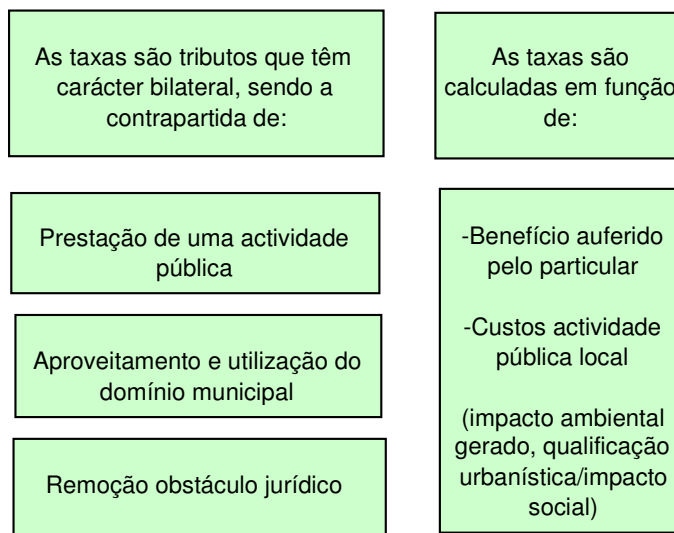
O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, Lei n.º 53-E/06 de 29 de Dezembro, que regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às Autarquias Locais, vem determinar, **sob pena de nulidade**, que o regulamento que cria as taxas municipais deve conter obrigatoriamente entre outras, a indicação da **base de incidência objectiva e subjectiva, o valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar e a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas**, nomeadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, as amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia Local.

Constituem objectivos do presente trabalho caracterizar, determinar e suportar a fundamentação económico-financeira do valor das taxas constantes no Regulamento em anexo, designadamente custos directos e indirectos, encargos financeiros, amortizações e investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia Local.

Foram observados os princípios da **equivalência, da justa repartição de encargos públicos e da proporcionalidade**. Sendo que os valores a fixar para as taxas devem corresponder aos custos relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos.

PRESSUPOSTOS DA FUNDAMENTAÇÃO

As taxas das autarquias locais são tributos que decorrem da prestação concreta de um serviço público local, da utilização de bens do domínio público e privado municipal das autarquias locais e/ou da remoção de um obstáculo jurídico, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.



Neste sentido, pode-se considera-se que a criação de taxas pelos municípios deve obedecer, aos seguintes princípios:

- Princípio da racionalização de um dado bem ou serviço;
- Princípio do utilizador - pagador;
- Princípio do benefício;
- Princípio da equidade;
- Princípio do equilíbrio económico-financeiro;
- Princípio da recuperação total dos custos

Sendo que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, os factores que concorrem para o cálculo dos valores a fixar pelos municípios, devem incidir fundamentalmente:

- 1 - Custos directos e indirectos por função ou centros de custo;
- 2 - Tempo médio de execução e/ou quantifica o número de actos praticados;
- 3 - Investimento realizado ou a realizar pelo Município;

De acordo com o princípio da proporcionalidade, deve-se ainda considerar como base de cálculo dos valores:

- 4 – Benefício auferido pelo particular;
- 5 – Custos de qualificação do território;
- 6 – Custos ambientais.

Por sua vez os custos observados na fixação dos valores das taxas incluem

- Custo de produção;
- Custos directos e indirectos ou custos variáveis e fixos, relacionados com o fornecimento de bens e com a prestação de serviços;
- Custos de exploração (custos com o pessoal de produção; energia eléctrica; administradores; conservação e manutenção);
- Custos de Administração e gestão;
- Custos de amortização e reintegração do imobilizado;
- Custos financeiros;
- Custos de investimento;
- Custos de oportunidade;
- Custos ambientais;
- Custos económicos;
- Custos de escassez de recursos.

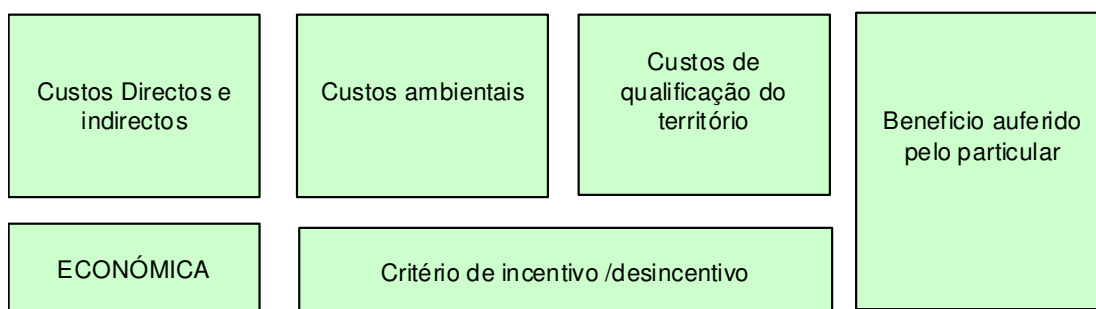
Desta forma, para elaboração deste trabalho, e para além do **recenseamento e análise dos actos que originam o pagamento de taxas nos termos do Regulamento de Taxas do Município** de Loures, e que permitiu detalhar os circuitos necessários, verificar os recursos, humanos e materiais, tempos médios, custos directos e indirectos por função e/ou acto, dando origem aos **fluxogramas** representados em anexo, foram utilizados os seguintes **documentos de gestão**:

- **Balancete analítico por centros de custos de Janeiro a Dezembro à data de 27/02/2008;**
- **Demonstração de resultados por funções a 31/12/2007;**
- **Regulamento de taxas e licenças em vigor à data;**
- **Protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia;**
- **Relatório de gestão 2007;**
- **Orçamento e Opções do Plano 2008;**
- **Anuário Estatístico da Região de Lisboa (I.N.E.).**

FÓRMULA DE CÁLCULO

Conforme já foi referido, os valores das taxas a fixar pelos municípios, devem ser calculados de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Entende-se ainda, e para além dos custos directos e indirectos das funções e/ou dos actos, e do investimento realizado ou a realizar pelo Município, que no valor a fixar também devem incidir factores como o benefício auferido pelo particular, o impacto ambiental gerado e a qualificação urbanística/impacto social, sendo que a estes dois últimos factores (impacto ambiental gerado e qualificação urbanística/impacto social) são considerados como critério de incentivo e/ou desincentivo à pratica de certos actos ou operações.



A fórmula de cálculo que concorre para a determinação **dos valores a fixar pelo Município de Loures relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos** é a seguinte:

$$\sum [(Ct + PPI) * \text{€}] * \mu * \beta$$

Onde : Ct – Custos directos e indirectos da função e/ou dos centros de custo;

PPI – Custos implementação PPI (Plano Plurianual de Investimentos);

€ - Identifica o tempo médio de execução e/ou quantifica o número de actos praticados;

μ – Benefício auferido pelo particular;

β – Incentivo / desincentivo à pratica de certos actos ou operações – (impacto ambiental, qualificação urbanística/impacto social).

Os custos directos e indirectos da função e/ou centro de custo, obtêm-se através do sistema de contabilidade de custos previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), sendo que se utilizou o **Sistema de Custeio Total**.

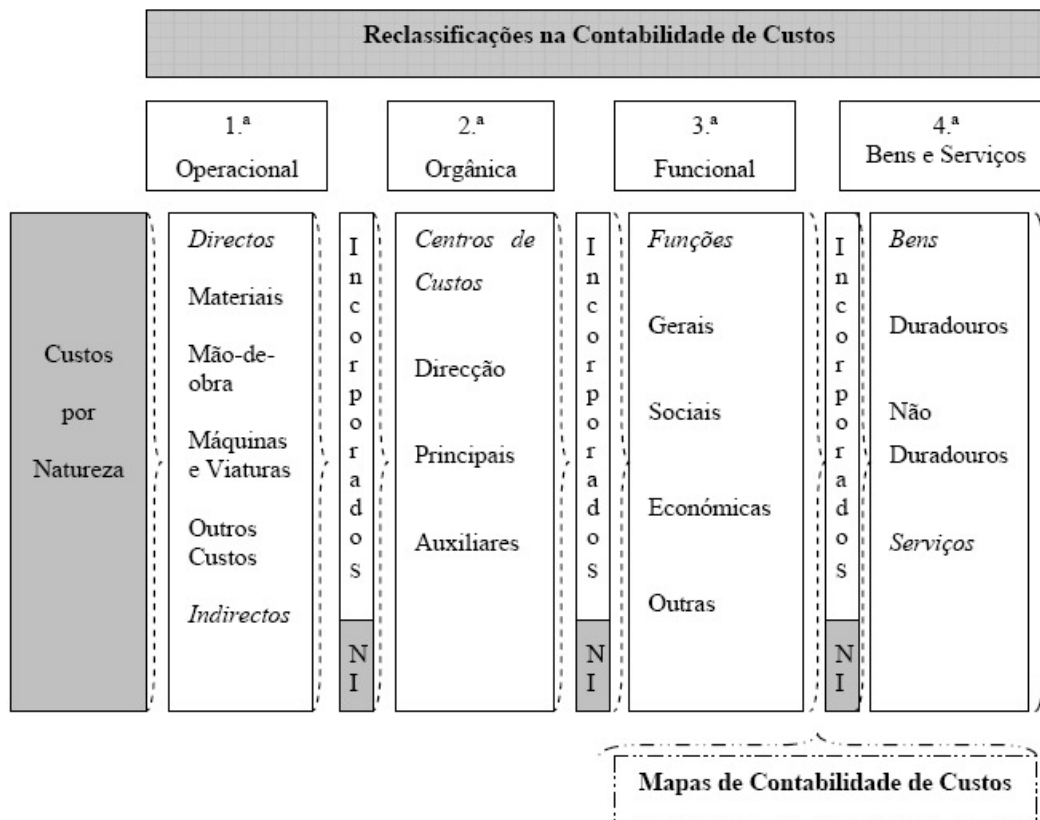
A contabilidade analítica proporciona informação adicional para a gestão através do apuramento dos custos por funções e dos custos subjacentes à determinação dos valores das realidades sujeitas ao pagamento de taxas.

As funções previstas pelo POCAL são:

Gerais	Sociais	Económicas	Outras Funções
- Serviços Gerais de Administração Pública; - Segurança e ordem públicas.	- Educação; - Saúde; - Segurança e Acção Sociais; - Habitação e Serviços Colectivos; - Serviços Culturais, recreativos e religiosos.	- Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca; - Indústria e Energia; - Transportes e Comunicações; - Comércio e Turismo; - Outras funções económicas.	- Operações da dívida autárquica; - Transferências entre administrações; - Diversas não especificadas.

A informação proporcionada pela contabilidade de custos, sobre custos dos bens e serviços é útil na fixação dos valores das taxas municipais, permitindo levar a cabo uma adequada valorização dos recursos humanos e materiais necessários à gestão.

Os custos podem ser reclassificados de várias formas em custos directos e indirectos, variáveis e fixos, reais e teóricos, incorporáveis e não incorporáveis, entre outras. A opção desenvolvida foi a da **reclassificação dos custos por natureza em custos directos e indirectos**.



A imputação dos custos indirectos efectua-se após o apuramento dos custos directos por função, através de coeficientes, tal como está estipulado no ponto 2.8.3.3 do POCAL.

O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções.

$$\text{CI dos custos indirectos de cada função} = \frac{\text{Custos directos da função}}{\text{Total de custos directos apurados em todas as funções}}$$

$$\text{Custos indirectos de cada função} = \text{CI} * \text{Total dos custos indirectos apurados}$$

O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram – **método de imputação global**.

$$\text{CI dos custos indirectos de cada bem ou serviço} = \frac{\text{Custos directos do bem ou serviço}}{\text{Custos directos da função em que se enquadram}}$$

Os custos indirectos de cada bem ou serviço obtiveram-se aplicando ao montante do custo indirecto da função em que o bem ou serviço se enquadra, o correspondente coeficiente de imputação.

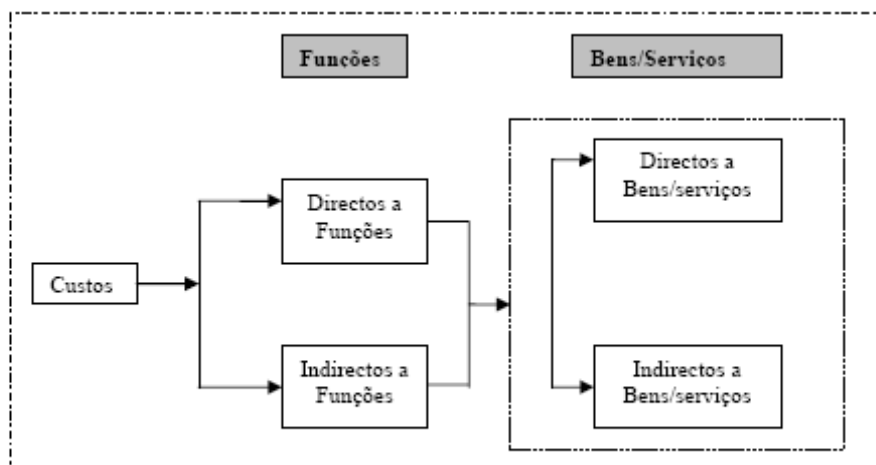
$$\text{Custos indirectos do bem/serviço} = \text{CI} * \text{Custos indirectos da respectiva função}$$

O custo de cada função, bem ou serviço apura-se adicionando aos respectivos custos directos, os custos indirectos calculados de acordo com as regras anteriormente indicadas.

POCAL		
Custo das funções, bens e serviços	=	Custos directos + Custos indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros
Custo da Produção de um bem	=	Custos das matérias-primas e outros matérias directos consumidos + custos da mão-de-obra directa + outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir. Os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção

A execução destas regras, permitiram construir um sistema de contabilidade de custos, o qual se pode consubstanciar no esquema representado na figura seguinte, e que fornece informação relativamente aos:

- Custos directos a funções e directos a bens e serviços;
- Custos directos a funções mas indirectos a bens e serviços;
- Custos indirectos a funções e indirectos a bens e serviços;
- Custos indirectos a funções e directos a bens e serviços.



Fonte: Adaptado da AECA, 1997

Relativamente aos **Custos de Implementação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, considerou-se os dados inscritos nas Opções do Plano do Município de Loures, mais exactamente no Plano Plurianual de Investimentos para quadriénio 2008 – 2011.

Os Custos de Implementação do PPI são calculados na exacta medida do investimento realizado ou a realizar pela manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias.

O custo da actividade pública local ou o **benefício auferido pelo particular**, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias locais e/ou na remoção de um obstáculo jurídico, quanto tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei, não poderá ser calculado a não ser na exacta medida do dispêndio de recursos, humanos e materiais, para a sua liquidação.

É nossa convicção que no benefício auferido pelo particular critérios devem ainda ser observados factores que se prendem com o **desenvolvimento do Concelho, o presente e o futuro**.

Considerou-se então que os indicadores que objectivamente melhor respondiam ao nosso propósito eram os do **Produto Interno Bruto (PIB)** e o do **Valor do Acrescentado Bruto (VAB)**.

O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado, sendo um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objectivo de mensurar a actividade económica de uma região.

O VAB é o resultado final da actividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes.

Como indicadores da actividade económica de uma região e do resultado final da actividade produtiva no decurso de um determinado período, estes indicadores permitem aferir o desenvolvimento económico e social acontecido e esperado de uma região, e consequentemente permitem majorar o benefício que advêm da opção por um Município desenvolvido em detrimento de outro.

Por último, foi nosso entendimento que o **Incentivo / Desincentivo** à prática de certos actos ou operações, deve incidir sobre factores como: o impacto ambiental e/ou a qualificação urbanística / impacto social. Foram considerados dois índices (**índice de impacto ambiental** e **índice de qualificação urbanística/impacto social**), que variarão na exacta medida do impacto positivo ou negativo que determinado acto terá no desenvolvimento social, económico e ambiental do Concelho e/ou na necessidade de **incentivar ou não determinado sector económico**.

Este indicador **será determinante na prosecução do interesse público local e na promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental que as Autarquias Locais devem respeitar.**

CAPÍTULO II

Administração Geral

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença da licença, na prática de actos administrativos e na satisfação administrativa de pretensões particulares.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008);
3. Total dos custos imputados à função – Administração Geral a 31/12/2007;
4. Totalização do número de licenças emitidas durante o ano de 2007 conforme relatório apresentado à Divisão de Planeamento e Controlo de Actividades datado de 31/12/2007;
5. Análise da macro estrutura do Departamento Administrativo, em relação às repartições, secções administrativas, secções de apoio e áreas - totalizar os centros de custos do respectivo serviço;
6. Benefício auferido pelo particular;
7. Índice de incentivo / desincentivo.

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 16.º						
a)	9,56	0,00		2,70		26,00
b)	4,78	0,00		2,70		13,00
c)	9,56	0,00		23,14		221,00
d)	4,78	0,00		23,14		110,50
e)	9,56	0,00		23,14		221,00
f)	4,78	0,00		23,14		110,50
g)	9,56	0,00		5,58		53,00
h)	9,56	0,00		2,70		26,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

Artigo 17.º

I.

a)	9,56	0,00			0,53	5,00
b)	22,63	0,00	40		0,02	20,00
c)	22,63	0,00	20		0,02	10,00
d)	22,00	0,00			1,00	22,00
e)	22,63	0,00	6		0,08	11,00
f)	22,63	0,00	1		0,02	0,50
g)	22,63	0,00	7		0,08	13,00
h)	22,63	0,00	30		0,02	16,00
i)	22,63	0,00	15		0,08	8,00
K)	22,63	0,00	40		0,10	91,00
l)	45,27	0,00	2		0,02	1,00
m)	22,63	0,00	10		0,02	5,00
n)	22,63	0,00	10		0,02	5,00
o)	22,63	0,00	10		0,02	5,00
p)	22,63	0,00	1		0,02	0,50
	22,63	0,00	6		0,08	11,00
	22,63	0,00	30		0,02	16,00
	22,63	0,00	15		0,02	8,00
q)	22,63	0,00	31		0,05	35,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 18.º						
a)	22,63	0,00	8		0,08	14,50
b)	22,63	0,00	6		0,08	11,00
Artigo 19.º						
I.						
a)	22,63	0,00	420		0,0107	102,00
b)	22,63	0,00	300		0,0206	140,00
Artigo 21.º	9,56	0,00			2,33	22,00
Artigo 22.º	9,56	0,00			3,04	29,00
Artigo 23.º	9,56	0,00			13,14	125,50

CAPÍTULO III

Urbanização e Edificação

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença, na prática de actos administrativos, na satisfação administrativa de pretensões particulares, bem como da utilização e aproveitamento do domínio público municipal nas diversas unidades de medida (metro linear, m²...) por motivos de obras.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008)
3. Total dos custos imputados ao DGU – Departamento de Gestão Urbanística com excepção da DMH – Divisão Municipal de Habitação, a 31/12/2007;
4. Investimentos na manutenção e reforço de infra-estruturas referentes ao ordenamento do território, inscritos nas Opções do Plano para quadriénio 2008 – 2011 (consta do plano plurianual de investimentos, aprovado pelo órgão executivo em 28 de Novembro de 2007 e órgão deliberativo em 13 de Dezembro de 2007);
5. Valor médio do terreno/m² no Município de Loures. Este valor foi encontrado através de um levantamento datado de 2007 para avaliação de imóveis em todas as freguesias do Concelho por um perito oficial;
6. Benefício auferido pelo particular;
7. Índice de incentivo/desincentivo.

Custos directos e indirectos com a função gestão urbanística a 31/12/2007:

Custos directos:

Código	Descrição	Custos Directos Gestão urbanística
61	CUSTOS DAS MERC.VENDIDAS E DAS MATÉR.CONSUM.	18.177,79
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	521.816,54
63	TRANSFER.SUBSÍDIOS CORRENT.CONC.PREST.SOCIAIS	
64	CUSTOS DE PESSOAL	2.707.106,04
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	11.496,40
66	AMORTIZAÇÕES	
67	PROVISÕES	
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	43.755,89
TOTAL CUSTOS DIRECTOS		3.302.352,66

Custos indirectos:

Código	Descrição	Custos Indirectos Gestão urbanística
61	CUSTOS DAS MERC.VENDIDAS E DAS MATÉR.CONSUM.	251.333,97
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.872.038,43
63	TRANSFER.SUBSÍDIOS CORRENT.CONC.PREST.SOCIAIS	817.804,05
64	CUSTOS DE PESSOAL	1.462.885,83
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	4.118,53
66	AMORTIZAÇÕES	740.976,97
67	PROVISÕES	254.749,43
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	468.513,09
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	424.227,68
TOTAL CUSTOS INDIRECTOS		6.296.647,97

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 26.º						
a)	62,62	0,00	20		0,14	180,00
Artigo 27.º						
1.	62,62	0,00	30		0,18	345,50
2.						
a)	62,62	0,00	30		0,0031	6,00
b)	62,62	0,00	30		0,0036	7,00
c)	62,62	0,00	30		0,0036	6,50
d)	62,62	0,00	50		0,0040	13,00
	62,62	0,00	50		0,0034	11,00
	62,62	0,00	50		0,0031	10,00
	62,62	0,00	50		0,0027	8,50
e)	62,62	0,00	30		0,0036	7,00
f)	62,62	0,00	35		0,0036	8,00
g)	62,62	0,00	35		0,0036	8,00
h)	62,62	0,00	30		0,00360	6,50
i)	62,62	0,00	30		0,0036	6,50
j)	62,62	0,00	30		0,00360	6,50
3.						
a)	6,26	0,00	30		0,0080	1,50
b)	6,26	0,00	30		0,0080	1,50
c)	6,26	0,00	30		0,0097	2,00
4.	6,26	0,00	30		0,0040	0,75
5.	6,26	0,00	30		0,0033	0,60

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 28.º						
a)	62,62	0,00	60		0,1538	578,00
b)	62,62	0,00	40		0,3636	911,00
Artigo 29.º	62,62	0,00	20		0,1438	180,00
Artigo 30.º						
1.	62,62	0,00	30		2,2218	4174,00
2.	62,62	0,00	30		1,4812	2782,50
Artigo 31.º						
1.						
a)	62,62	0,00	25		0,1438	225,00
b)	53,29	0,00	25		0,0588	3,00
2.						
a)	62,62	0,00	25		0,1438	225,00
b)	53,29	0,00	25		0,0667	3,55
3.						
a)	62,62	0,00	25		0,1438	225,00
b)	65,19	0,00	25		0,0588	4,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 32.º	62,62	0,00	20		0,14	180,00
Artigo 33.º						
I.						
a)	62,62	0,00	30		0,0005	0,80
b)	62,62	0,00	30		0,0005	1,00
c)	62,62	0,00	30		0,0005	0,85
d)	62,62	0,00	50		0,00052	1,60
	62,62	0,00	50		0,00044	1,40
	62,62	0,00	50		0,00040	1,25
	62,62	0,00	50		0,00035	1,10
e)	62,62	0,00	30		0,0005	1,00
f)	62,62	0,00	35		0,00054	1,20
g)	62,62	0,00	35		0,00054	1,20
h)	62,62	0,00	30		0,00046	0,85
i)	62,62	0,00	30		0,00046	0,85
j)	62,62	0,00	30		0,00046	0,85
Artigo 34.º	62,62	0,00	15		0,0233	22,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 35.º	62,62	0,00	20	0,1438		180,00
Artigo 36.º	62,62	0,00	20	0,1863		233,50
Artigo 37.º	62,62	0,00	20	0,1350		169,00
Artigo 38.º	62,62	0,00	100	0,0321		201,00
Artigo 39.º	62,62	0,00	100	0,0307		192,00
Artigo 40.º	62,62	0,00	120	0,0321		241,00
Artigo 41.º						
a)	6,26	0,00	210	0,0002		0,30
b)	6,26	0,00	250	0,0002		0,35
c)	6,26	0,00	250	0,0002		0,35
Artigo 42.º	62,62	0,00	300	0,0307		576,00
Artigo 44.º	62,62	0,00	20	0,1438		180,00
Artigo 45.º						
a)	6,26	0,00	40	0,0023		0,55
b)	6,26	0,00	45	0,0023		0,65
c)	6,26	0,00	50	0,0023		0,70

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 46.º	62,62	0,00	20	0,1438		180,00
Artigo 47.º						
I.	62,62	0,00	30	0,18		345,50
2.						
a)	62,62	0,00	30	0,00047		0,90
b)	62,62	0,00	30	0,00058		1,10
c)	62,62	0,00	30	0,00055		1,00
d)	62,62	0,00	50	0,00052		1,60
e)	62,62	0,00	30	0,00058		1,10
f)	62,62	0,00	35	0,00054		1,25
g)	62,62	0,00	35	0,00054		1,25
h)	62,62	0,00	30	0,00055		1,00
i)	62,62	0,00	30	0,00055		1,00
j)	62,62	0,00	30	0,00055		1,00
Artigo 48.º						
I.	62,62	0,00	40	0,02		38,50
2.	62,62	0,00	35	0,0054		12,00
Artigo 50.º						
a)	62,62	0,00	60	0,1538		578,00
b)	62,62	0,00	40	0,3636		911,00
Artigo 51.º						
I.	62,62	0,00	30	0,1840		345,50

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 52.º						
a)	62,62	3,74	30	0,0046		9,00
b)	62,62	3,74	30	0,0054		11,00
c)	62,62	3,74	30	0,0049		10,00
d)	62,62	3,74	50	0,0051		17,00
	62,62	3,74	50	0,0046		15,00
	62,62	3,74	50	0,0042		14,00
	62,62	3,74	50	0,0037		12,00
e)	62,62	3,74	30	0,00540		11,00
f)	62,62	3,74	35	0,00540		12,50
g)	62,62	3,74	35	0,00540		12,50
h)	62,62	3,74	30	0,0049		10,00
Artigo 53.º	62,62	3,74	40	0,0773		205,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 55.º						
a)	62,62	0,00	20		0,14	180,00
Artigo 56.º						
I.	62,62	0,00	30		0,18	345,84
2.						
a)	62,62	0,00	30		0,0046	8,50
b)	62,62	0,00	30		0,0054	10,00
c)	62,62	0,00	30		0,0049	9,00
d)	62,62	0,00	50		0,0051	16,00
	62,62	0,00	50		0,0046	14,00
	62,62	0,00	50		0,0042	13,00
	62,62	0,00	50		0,0037	11,50
e)	62,62	0,00	30		0,0054	10,00
f)	62,62	0,00	35		0,0054	12,00
g)	62,62	0,00	35		0,0054	12,00
h)	62,62	0,00	30		0,00491	9,00
i)	62,62	0,00	30		0,0049	9,00
j)	62,62	0,00	30		0,00491	9,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 57.º						
a)	62,62	0,00	30	0,18		345,50
b)	62,62	0,00	42	0,0046		12,00
Artigo 58.º						
a)	62,62	0,00	25	0,023		36,00
b)	62,62	0,00	30	0,023		43,00
c)	62,62	0,00	10	0,023		14,00
d)	19,28	0,00	2,5	1,250		24,00
e)	62,62	0,00	2,5	0,023		3,60
	62,62	0	5	0,023		6,50
f)	62,62	0,00	8	0,023		11,50
	62,62	0,00	12	0,023		17,00
g)	62,62	0,00	3,5	0,023		5,00
h)	62,62	0,00	15	0,023		21,50

CAPÍTULO IV

Instalações de Abastecimento ou de Armazenamento e Abastecimento de Combustíveis

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença concessão, na prática de actos administrativos e na satisfação administrativa de pretensões particulares.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008);
3. Total dos custos imputados ao ordenamento do território a 31/12/2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008);
4. Tabela de preços do ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade (verificação e apreciação);
5. Benefício auferido pelo particular;
6. Critério de incentivo/desincentivo;

Custos directos e indirectos com a função gestão urbanística a 31/12/2007:

Custos directos:

Código	Descrição	Custos Directos Gestão urbanística
61	CUSTOS DAS MERC.VENDIDAS E DAS MATÉR.CONSUM.	18.177,79
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	521.816,54
63	TRANSFER.SUBSÍDIOS CORRENT.CONC.PREST.SOCIAIS	
64	CUSTOS DE PESSOAL	2.707.106,04
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	11.496,40
66	AMORTIZAÇÕES	
67	PROVISÕES	
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	43.755,89
TOTAL CUSTOS DIRECTOS		3.302.352,66

Custos indirectos:

Código	Descrição	Custos Indirectos Gestão urbanística
61	CUSTOS DAS MERC.VENDIDAS E DAS MATÉR.CONSUM.	251.333,97
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.872.038,43
63	TRANSFER.SUBSÍDIOS CORRENT.CONC.PREST.SOCIAIS	817.804,05
64	CUSTOS DE PESSOAL	1.462.885,83
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	4.118,53
66	AMORTIZAÇÕES	740.976,97
67	PROVISÕES	254.749,43
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	468.513,09
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	424.227,68
TOTAL CUSTOS INDIRECTOS		6.296.647,97

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

CAPITULO IV

ARTIGO 60.º

Nº1

a)	62,62	0,00	10	0,1757		110,00
b)	62,62	0,00	10	0,2875		180,00
c)	62,62	0,00	10	0,1437		90,00

Nº2

a)						
a1.	62,62	0,00	20	0,4631		580,00
a2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00
b)						
b1	62,62	0,00	20	0,8784		1.100,00
b2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00
c)						
c1	62,62	0,00	20	2,3956		3.000,00
c2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00

N.º3

	62,62	0,00	20	0,0519		65,00
--	-------	------	----	--------	--	-------

ARTIGO 61.º

Nº1

a.	62,62	0,00	10	0,1757		110,00
b.	62,62	0,00	10	0,2875		180,00
c.	62,62	0,00	10	0,1437		90,00

Nº2

a)	62,62	0,00	20	0,4631		580,00
b)						
b1	62,62	0,00	25	0,7027		1.100,00
b2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00
c)						
c1	62,62	0,00	30	0,7985		1.500,00
c2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00
d)						
d1	62,62	0,00	35	1,3689		3.000,00
d2	62,62	0,00	5	0,0256		8,00

N.º3

	62,62	0,00	20	0,0719		90,00
--	-------	------	----	--------	--	-------

N.º4

a)	62,62	0,00	10	0,1837		115,00
----	-------	------	----	--------	--	--------

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
ARTIGO 62.º						
a)	62,62	0,00	10		0,1006	63,00
b)	62,62	0,00	10		0,1006	63,00
ARTIGO 63.º						
Nº1						
a)	62,62	0,00	15		0,3215	302,00
b)	62,62	0,00	20		0,3617	453,00
c)	62,62	0,00	25		0,3469	543,00
Nº2						
a)	62,62	0,00	15		0,3215	302,00
b)	62,62	0,00	20		0,3617	453,00
c)	62,62	0,00	25		0,5558	870,00
Nº3						
a)	62,62	0,00	15		0,4823	453,00
b)	62,62	0,00	20		0,4336	543,00
c)	62,62	0,00	25		0,8790	1.376,00

CAPÍTULO V

Utilização e Aproveitamento do Domínio Público Municipal

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na utilização e aproveitamento do domínio municipal.

Custos directos:

1. Valor atribuído no âmbito do artigo 23º do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Loures para as Juntas de Freguesia, aprovado pelo órgão executivo em 15 de Junho de 2006 e pelo órgão deliberativo em 30 de Junho de 2006;
2. Valor aproximado do terreno/m² no Município de Loures. Este valor foi encontrado através de um levantamento datado de 2007 para avaliação de imóveis em todas as freguesias do Concelho por um perito oficial;
3. Benefício auferido pelo particular;
4. Critério de incentivo/desincentivo;

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

CAPITULO V
ARTIGO 65.º

a)	37,77	0,00	10		0,0053	2,00
b)	56,61	0,00	10		0,0177	10,00
c)	37,77	0,00	10		0,0013	0,50
d)	53,38	0,00	10		0,0066	3,50
e)	37,77	0,00	10		0,0053	2,00

ARTIGO 66.º
Nº1

a)	37,77	0,00	10		0,0079	3,00
b)	37,77	0,00	10		0,0212	8,00
c)	56,61	0,00	10		0,0177	10,00
d)	53,38	0,00	10		0,0974	52,00
e)	56,61	0,00	10		0,1148	65,00
f)	53,38	0,00	10		0,0674	36,00
g)	37,77	0,00	10		0,0106	4,00
h)	56,61	0,00	10		0,2296	130,00
i)	56,61	0,00	10		0,2650	150,00
j)	53,38	0,00	15		0,0150	12,00
k)	53,38	0,00	15		0,0150	12,00
l)	56,61	0,00	15		0,1178	100,00
m)	56,61	0,00	15		0,0530	45,00
n)	56,61	0,00	15		0,1060	90,00
o)						
o1	56,61	0,00	15		0,0824	70,00
o2	56,61	0,00	15		0,0707	60,00
o3	56,61	0,00	15		0,0424	36,00
p)	56,61	0,00	15		0,0412	35,00
q)	53,38	0,00	15		0,0150	12,00

ARTIGO 67.º

a)	53,38	0,00	10		0,0015	0,80
b)	56,61	0,00	10		0,0035	2,00
c)	53,38	0,00	10		0,0150	8,00
d)	53,38	0,00	10		0,0003	0,15
e)	53,38	0,00	10		0,0006	0,30
f)	53,38	0,00	10		0,0187	10,00
g)	53,38	0,00	10		0,0066	3,50
h)	53,38	0,00	10		0,0006	0,30
i)	53,38	0,00	10		0,0007	0,35
j)	53,38	0,00	10		0,0005	0,25

ARTIGO 68.º

a)						
a1	53,38	0,00	10		0,0075	4,00
a2	53,38	0,00	10		0,0187	10,00
b)	53,38	0,00	10		0,0169	9,00
c)	53,38	0,00	10		0,0262	14,00
d)	53,38	0,00	10		0,0112	6,00
e)						
e1	53,38	0,00	10		0,0150	8,00
e2	53,38	0,00	10		0,0112	6,00
f)	53,38	0,00	10		0,0094	5,00

CAPÍTULO VI

Condução e Trânsito de Veículos

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença, na prática de actos administrativos e na satisfação administrativa de pretensões particulares.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008)
3. Total dos custos imputados à Administração Geral;
4. Análise da macro estrutura da Divisão Administração Geral, em relação às repartições, secções administrativas, secções de apoio e áreas. O objectivo será totalizar os centros de custos do respectivo serviço;
5. Totalização do número de licenças emitidas durante o ano de 2007 conforme relatório apresentado à Divisão de Planeamento e Controlo de Actividades datado de 31/12/2007;
6. Benefício auferido pelo particular;
7. Critério de incentivo/desincentivo;

Para este capítulo foi possível apurar o número de licenças emitidas a 31/12/2007, valor que consta do relatório apresentado pelo Departamento Administrativo (DADM), Divisão de Administração Geral (DAG), a 31/12/2007. Se analisarmos os custos directos e indirectos e as atribuições desta Divisão podemos obter o custo médio por acto/licença emitida.

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

CAPITULO VI

ARTIGO 71.º

N.º1

a)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
b)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
c)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
d)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
e)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
f)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
g)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00

N.º2	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
-------------	------	------	---	--	--------	-------

N.º3

a)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
b)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
c)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
d)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00

ARTIGO 72.º

N.º1

a)	9,56	0,00	-		32,2274	308,00
b)	9,56	0,00	-		3,3483	32,00
c)	9,56	0,00	-		1,5695	15,00

N.º2

a)	9,56	0,00	-		0,8371	8,00
----	------	------	---	--	--------	------

CAPÍTULO VII

Publicidade

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão de licença.

1. Valor atribuído no âmbito do artigo 23º do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Loures para as Juntas de Freguesia, aprovado pelo órgão executivo em 15 de Junho de 2006 e pelo órgão deliberativo em 30 de Junho de 2006;
2. Informação prestada por uma Junta de Freguesia do Concelho quanto ao número total de licenças emitidas durante 2007 referentes à publicidade;
3. Benefício auferido pelo particular;
4. Critério de incentivo/desincentivo;

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

CAPITULO VII
ARTIGO 75.º

a)	5,87	0,00	20		0,4261	50,00
b)	5,87	0,00	20		2,5566	300,00

ARTIGO 76.º

N.º1

a)	5,87	0,00	20		0,1704	20,00
b)	5,87	0,00	20		0,1278	15,00

N.º2

a)	5,87	0,00	20		0,0852	10,00
b)	5,87	0,00	20		0,0426	5,00

N.º3

	5,87	0,00	20		0,0213	2,50
--	------	------	----	--	--------	------

N.º4

	5,87	0,00	20		0,0107	1,25
--	------	------	----	--	--------	------

ARTIGO 77.º

Nº1

a)	5,87	0,00	20		0,1278	15,00
b)	5,87	0,00	20		0,4261	50,00
c)	5,87	0,00	20		0,5965	70,00
d)	5,87	0,00	20		0,3409	40,00

N.2

	5,87	0,00	20		1,2783	150,00
--	------	------	----	--	--------	--------

N.3

a)	5,87	0,00	20		0,1875	22,00
b)	5,87	0,00	20		0,8522	100,00

N.º4

	5,87	0,00	20		0,4261	50,00
--	------	------	----	--	--------	-------

ARTIGO 78.º

N.º1

	5,87	0,00	20		0,4431	52,00
--	------	------	----	--	--------	-------

N.º2

	5,87	0,00	20		0,0036	0,42
--	------	------	----	--	--------	------

ARTIGO 79.º

	5,87	0,00	20		0,0852	10,00
--	------	------	----	--	--------	-------

ARTIGO 80.º

a)	5,87	0,00	20		0,6818	80,00
b)	5,87	0,00	20		0,2130	25,00
c)	5,87	0,00	20		0,2557	30,00
d)	5,87	0,00	20		0,2130	25,00

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

ARTIGO 81.º

a)	5,87	0,00	20	0,0597	7,00
b)	5,87	0,00	20	0,2130	25,00

ARTIGO 82º	5,87	0,00	20	0,0511	6,00
-------------------	------	------	----	--------	------

CAPÍTULO VIII

Mercados e Feiras

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na utilização e aproveitamento dos equipamentos do domínio municipal.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007 nomeadamente 92.2.99.04 – Mercados, conforme descrição do quadro seguinte;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008)
3. Investimentos nos mercados inscritos nas Opções do Plano para 2008 e seguintes (consta no plano plurianual de investimentos aprovado pelo órgão executivo em 28 de Novembro de 2007 e órgão deliberativo em 13 de Dezembro de 2007);
4. Protocolo de Delegação de Competências do Município de Loures para as Juntas de Freguesia, nomeadamente o artigo 3.º e 23.º (documento aprovado pelo órgão executivo em 15 de Junho de 2006 e pelo órgão deliberativo em 30 de Junho de 2006);
5. Benefício auferido pelo particular;
6. Critério de incentivo/desincentivo;

A “medida” utilizada neste capítulo é em, regra, o m². Estas taxas incidem no tempo de utilização e aproveitamento de bancas, mesas, lojas e lugares de terrado.

Do balancete por centros de custos a 31/12/2007 podemos concluir:

MERCADOS			
Centro Custo	Conta Geral	Total Equipamento	
92.2			12.852,83
	62.2.11.3	Electricidade –baixa tensão	902,54
	62.2.32.3	Outros - Conservação e reparação	11929,77
	65.8	Outros custos e perdas operacionais	20,52

Relativamente ao artigo 3.º do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Loures para as Juntas de Freguesia:

MERCADOS

FREGUESIA	TIPO DE MERCADO	AREA M2	CUSTO UNITÁRIO M ²	CUSTO AREA	BANCAS	CUSTO UNIT. P/ BANCA	TOTAL BANCA	VALOR TOTAL
APELAÇÃO	M F Levante		11,14	0	8	3.213,00	3.855,60	3.855,60
BOBADELA	M F Coberto	1.575	11,14	17.546	53	3.213,00	25.543,35	43.089,64
BUCELAS	M F Coberto	1.725	11,14	19.217	57	3.213,00	27.471,15	46.688,51
GAMARATE	M F Coberto	500	11,14	5.570	10	3.213,00	4.819,50	10.389,75
	M F Coberto	750	11,14	8.355	15	3.213,00	7.229,25	15.584,63
FANHÕES	M F Levante		11,14	0	0	3.213,00	0	0
FRIELAS	M F Levante		11,14	0	0	3.213,00	0	0
LOURES	M F Coberto	450	11,14	5.013	33	3.213,00	15.904,35	20.917,58
LOUSA	M F Coberto	75	11,14	836	3	3.213,00	1.445,85	2.281,39
MOSCAVIDE	M F Coberto	1.100	11,14	12.255	39	3.213,00	18.796,05	31.050,60
PORTELA	M F Levante		11,14	0		3.213,00	0	0
PRIOR VELHO	M F Coberto	1.055	11,14	11.753	17	3.213,00	8.193,15	19.946,38
	M F Levante		11,14	0	18	3.213,00	8.675,10	8.675,10
SACAVÉM	M F Levante		11,14	0	100	3.213,00	48.195,00	48.195,00
STA IRIA DE AZÓIA	M F Levante		11,14	0	79	3.213,00	38.074,05	38.074,05
STO ANTÃO DO TOJAL	M F Levante		11,14	0	0	3.213,00	0	0
STO ANTÓNIO CAVALEIROS	M F Coberto		11,14	0		3.213,00		0
S. JOÃO DA TALHA	M F Coberto	1.150	11,14	12.812	46	3.213,00	22.169,70	34.981,28
S. JULIÃO DO TOJAL			11,14	0		3.213,00	0	0
UNHOS	M F Levante		11,14	0	44	3.213,00	21.205,80	21.205,80
Total		8.380		93.357	522		251.577,90	344.935,29

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
CAPITULO VIII						
ARTIGO 89.º						
Nº1						
a)	1,42	0,01	-		0,6287	0,90
b)	1,42	0,01	-		0,5589	0,80
c)	1,42	0,01	-		0,4890	0,70
d)	1,42	0,01	-		0,4192	0,60
Nº2						
a)	1,42	0,01	-		0,5589	0,80
b)	1,42	0,01	-		0,4890	0,70
c)	1,42	0,01	-		0,4192	0,60
d)	1,42	0,01	-		0,3493	0,50
Nº3						
a)	1,42	0,01	-		0,4890	0,70
b)	1,42	0,01	-		0,4192	0,60
c)	1,42	0,01	-		0,3493	0,50
d)	1,42	0,01	-		0,2794	0,40
Nº4						
a)	1,42	0,01	-		0,3493	0,50
b)	1,42	0,01	-		0,3144	0,45
c)	1,42	0,01	-		0,2794	0,40
d)	1,42	0,01	-		0,2445	0,35
ARTIGO 90.º						
Nº1						
a)	13,23	3,19	-		5,4800	90,00
b)	13,23	3,19	-		4,5058	74,00
c)	13,23	3,19	-		3,7751	62,00
d)	13,23	3,19	-		3,0444	50,00
Nº2						
a)	13,23	3,19	-		4,6275	76,00
b)	13,23	3,19	-		3,8360	63,00
c)	13,23	3,19	-		3,2271	53,00
d)	13,23	3,19	-		2,6182	43,00
Nº3						
a)	13,23	3,19	-		4,3840	72,00
b)	13,23	3,19	-		3,5924	59,00
c)	13,23	3,19	-		3,0444	50,00
d)	13,23	3,19	-		2,4355	40,00
Nº4						
a)	13,23	3,19	-		2,7400	45,00
b)	13,23	3,19	-		2,2529	37,00
c)	13,23	3,19	-		1,8876	31,00
d)	13,23	3,19	-		1,5222	25,00
ARTIGO 91.º						
	0,04	0,01	-		11,1122	0,50

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	€	PPI	¥	μ	β	€
ARTIGO 92.º	2,36	0,00	-		2,1163	5,00
ARTIGO 93.º						
a)						
a1	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
a2	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
b)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
c)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
d)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
ARTIGO 94.º						
a)						
a1	0,04	0,01	-		8,8898	0,40
a2	0,04	0,01	-		7,7785	0,35
b)						
b1	0,04	0,01	-		14,4459	0,65
b2	0,04	0,01	-		13,3346	0,60
c)						
c1	0,04	0,01	-		11,5567	0,52
c2	0,04	0,01	-		10,0010	0,45
d)						
d1	0,04	0,01	-		8,8898	0,40
d2	0,04	0,01	-		7,7785	0,35
e)						
e1	0,04	0,01	-		16,0016	0,72
e2	0,04	0,01	-		14,4459	0,65
ARTIGO 98.º	0,12	0,00	-		4,1028	0,50
ARTIGO 99.º						
a)						
a1	0,04	0,01	-		8,8898	0,40
a2	0,04	0,01	-		7,7785	0,35
b)						
b1	0,04	0,01	-		14,4459	0,65
b2	0,04	0,01	-		13,3346	0,60
c)						
c1	0,04	0,01	-		11,5567	0,52
c2	0,04	0,01	-		10,0010	0,45
d)						
d1	0,04	0,01	-		8,8898	0,40
d2	0,04	0,01	-		7,7785	0,35
e)						
e1	0,04	0,01	-		16,0016	0,72
e2	0,04	0,01	-		14,4459	0,65
ARTIGO 100.º						
a)						
a1	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
a2	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
b)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
c)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
d)	0,09	0,01	-		6,5947	0,65
ARTIGO 101.º	2,36	0,00	-		2,1163	5,00

CAPÍTULO IX

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença.

Ruído

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008);
3. Total dos custos imputados à Administração Geral;
4. Actualização do total dos custos imputados à Administração Geral;
5. Análise da macro estrutura da Divisão de Administração Geral, em relação às repartições, secções administrativas, secções de apoio e áreas. O objectivo será totalizar os centros de custos do respectivo serviço;
6. Totalização do número de licenças emitidas durante o ano de 2007 conforme relatório apresentado à Divisão de Planeamento e Controlo de Actividades datado de 31/12/2007;
7. Benefício auferido pelo particular;
8. Critério de incentivo/desincentivo;

Para este capítulo foi possível apurar o número de licenças emitidas a 31/12/2007, valor que consta do relatório apresentado pelo Departamento Administrativo (DADM), Divisão de Administração Geral (DAG), a 31/12/2007. Se analisarmos os custos directos e indirectos e as actuais atribuições desta Divisão podemos obter o custo médio por acto/licença emitida.

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
CAPITULO IX						
ARTIGO 105.º						
1.	9,56	0,00	-	2,0927		20,00
2.						
a)	9,56	0,00	-	10,4634		100,00
b)	9,56	0,00	-	13,0793		125,00
ARTIGO 98.º	9,56	0,00	-	5,2317		50,00

CAPÍTULO X

Licenciamento do Exercício de Actividades

Neste capítulo a taxa traduz-se essencialmente na concessão da licença, na prática de actos administrativos e na satisfação administrativa de pretensões particulares.

1. Balancete analítico por centro de custos de Janeiro a Dezembro de 2007;
2. Demonstração de resultados por funções de Janeiro a Dezembro de 2007 (consta do relatório de gestão de 2007 aprovado pelo órgão executivo em 07 de Abril de 2008 e órgão deliberativo em 29 de Abril de 2008);
3. Total dos custos imputados à Administração Geral;
4. Actualização do total dos custos imputados à Administração Geral;
5. Análise da macro estrutura da DAG, em relação às repartições, secções administrativas, secções de apoio e áreas. O objectivo será totalizar os centros de custos do respectivo serviço;
6. Totalização do número de licenças emitidas durante o ano de 2007 conforme relatório apresentado à DPCA datado de 31/12/2007;
7. Benefício auferido pelo particular;
8. Critério de incentivo/desincentivo;

Para este capítulo foi possível apurar o número de licenças emitidas a 31/12/2007, valor que consta do relatório apresentado pelo Departamento Administrativo (DADM), Divisão de Administração geral (DAG) a 31/12/2007. Se analisarmos os custos directos e indirectos e as atribuições desta Divisão podemos obter o custo aproximado por acto/licença emitida.

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
CAPITULO X						
ARTIGO 108.º						
1.	9,56	0,00	-		2,0927	20,00
2.	9,56	0,00	-		0,6278	6,00
ARTIGO 109.º						
1.	9,56	0,00	-		0,6801	6,50
2.	9,56	0,00	-		0,4185	4,00
ARTIGO 110.º						
	9,56	0,00	-		6,0688	58,00
ARTIGO 111.º						
1.	9,56	0,00	-		13,0793	125,00
2.	9,56	0,00	-		12,0330	115,00
3.	9,56	0,00	-		4,1854	40,00
ARTIGO 112.º						
a)	9,56	0,00	-		2,0927	20,00
b)	9,56	0,00	-		1,4649	14,00
c)	9,56	0,00	-		1,5695	15,00
ARTIGO 113.º						
	9,56	0,00	-		6,2781	60,00
ARTIGO 114.º						
a)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
b)	9,56	0,00	-		1,0463	10,00
ARTIGO 115.º						
a)	9,56	0,00	-		3,8715	37,00
b)	9,56	0,00	-		0,6278	6,00
ARTIGO 116.º						
a)	9,56	0,00	-		3,9761	38,00

CAPÍTULO XI

Cemitérios Municipais

1. Valor atribuído no âmbito do artigo 20º do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Loures para as Juntas de Freguesia, aprovado pelo órgão executivo em 15 de Junho de 2006 e pelo órgão deliberativo em 30 de Junho de 2006;
2. Caracterização dos cemitérios, nomeadamente localização, metros quadrados;
3. Investimentos na área dos cemitérios inscritos nas Opções do Plano para 2008 e anos seguintes (consta do plano plurianual de investimentos aprovado pelo órgão executivo em 28 de Novembro de 2007 e órgão deliberativo em 13 de Dezembro de 2007);
4. Benefício auferido pelo particular;
5. Critério de incentivo/desincentivo;

Neste capítulo apontamos 3 realidades diferentes:

- Prestação do serviço
- Utilização e aproveitamento do domínio municipal
- Concessão de licença

Para a prestação do serviço a unidade de medida é sem dúvida o tempo dispendido na realização da tarefa, serviço, acto. Na utilização e aproveitamento do domínio municipal a unidade é m². Na concessão da licença a unidade de medida é o tempo.

Para o cálculo da taxa de utilização e aproveitamento municipal foram utilizados os valores contabilísticos dos cemitérios municipais inventariados de forma a encontrar o valor médio por m².

Do balancete por centros de custos a 31/12/2007 podemos concluir:

<i>Total Equipamento</i>		<i>CEMITÉRIOS</i>
Conta Geral		5959,12
62.2.11.3	Electricidade baixa tensão	142,27
62.2.12.3	Outros - Combustíveis	917,48
62.2.32.3	Outros - Conservação e reparação	4800,33
62.2.36.1	Estudos e pareceres	95,62

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
CAPITULO XI						
ARTIGO 119.º						
Nº1						
a)	3,61	4,30	15		0,1685	20,00
b)	3,61	4,30	25		0,1163	23,00
c)	3,61	4,30	20		0,7393	117,00
Nº2						
a)	3,61	4,30	20		0,7393	117,00
b)	3,61	4,30	15		0,8425	100,00
c)	3,61	4,30	15		0,8425	100,00
N.º3						
	3,61	4,30	12		0,1685	16,00
N.º4						
	3,61	4,30	10		0,1011	8,00
ARTIGO 120.º						
Nº1						
a)	3,61	4,30	10		0,2528	20,00
b)	3,61	4,30	15		0,3539	42,00
c)	3,61	4,30	10		0,5687	45,00
d)	3,61	4,30	10		0,1517	12,00
Nº2						
a)	3,61	4,30	20		0,1011	16,00
b)	3,61	4,30	25		0,1820	36,00
c)	3,61	4,30	20		0,1580	25,00
d)	3,61	4,30	10		0,0758	6,00
ARTIGO 121.º						
a)	3,61	4,30	15		0,1264	15,00
b)	3,61	4,30	15		0,0632	7,50

Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€

ARTIGO 122.º

N.º1

a)	3,61	4,30	20		0,1390	22,00
b)	3,61	4,30	10		0,0632	5,00
c)	3,61	4,30	10		0,0948	7,50
d)	3,61	4,30	10		0,1517	12,00
e)						
e1	3,61	4,30	10		0,3791	30,00
e2	3,61	4,30	10		0,2780	22,00
f)	3,61	4,30	10		0,2022	16,00
g)	3,61	4,30	10		0,0632	5,00
h)	3,61	4,30	10		0,0632	5,00

ARTIGO 123.º

N.º1

a)	9,26	4,30	-		1,0320	14,00
b)	9,26	4,30	-		1,4744	20,00
c)	9,26	4,30	-		1,1058	15,00
d)	9,26	4,30	-		1,6218	22,00
e)	9,26	4,30	-		0,2212	3,00
f)						
f1	9,26	4,30			1,1058	15,00
f2	9,26	4,30			0,2212	3,00

ARTIGO 124.º

N.º1

a)	9,26	4,30	-		6,2660	85,00
----	------	------	---	--	--------	-------

N.º2

	9,26	4,30			14,7436	200,00
--	------	------	--	--	---------	--------

ARTIGO 125.º

N.º1

	9,26	4,30	-		5,5288	75,00
--	------	------	---	--	--------	-------

ARTIGO 126.º

a)	1,71	0,00	10		1,1729	20,00
b)	1,71	0,00	10		1,1729	20,00
c)	1,71	0,00	20		1,6127	55,00

ARTIGO 127.º

	3,61	4,30	10		0,3159	25,00
--	------	------	----	--	--------	-------

ARTIGO 128.º

a)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00
b)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00
c)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00
d)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00
e)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00
f)	3,61	4,30	10		0,1264	10,00

ARTIGO 129.º

a)	9,26	4,30	20		0,1474	40,00
b)	9,26	4,30	20		0,0885	24,00
c)	9,26	4,30	20		0,0885	24,00

CAPÍTULO XII

Terrenos do Domínio Municipal não Utilizados em Habitação

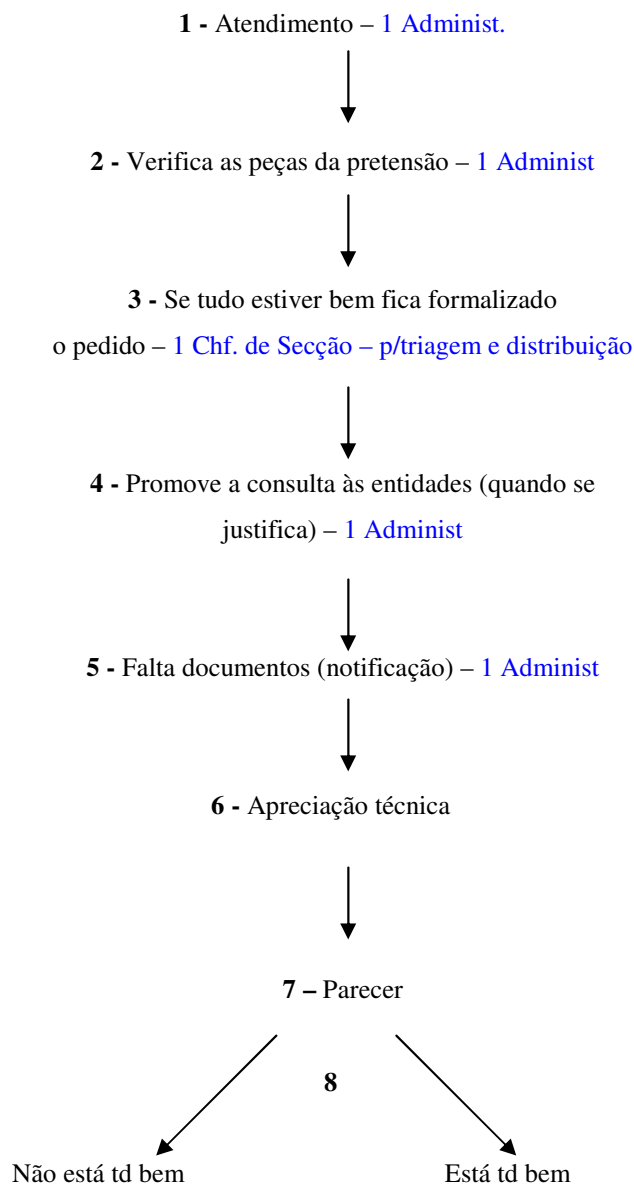
1. Valor aproximado do terreno/m² no Município de Loures. Este valor foi encontrado através de um levantamento datado de 2007 para avaliação de imóveis em todas as freguesias do Concelho por um perito oficial.
2. Benefício auferido pelo particular;
3. Critério de incentivo/desincentivo.

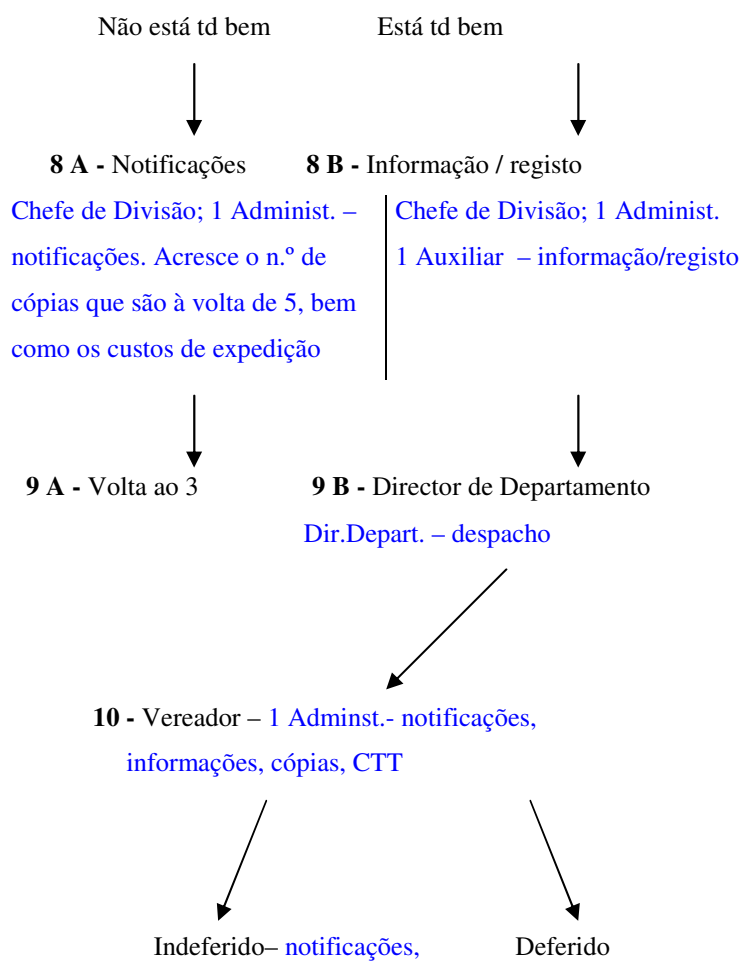
Artigos	Custo totais Função/acto/medida	Investimento	Tempo Médio	Benefício auferido pelo particular	Critério Incentivo / desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
CAPITULO XII						
ARTIGO 131.º						
N.º1						
a)	107,94		10	0,0037		0,40
b)	107,94		10	0,0926		10,00
c)	107,94		10	0,0926		10,00

ANEXO II



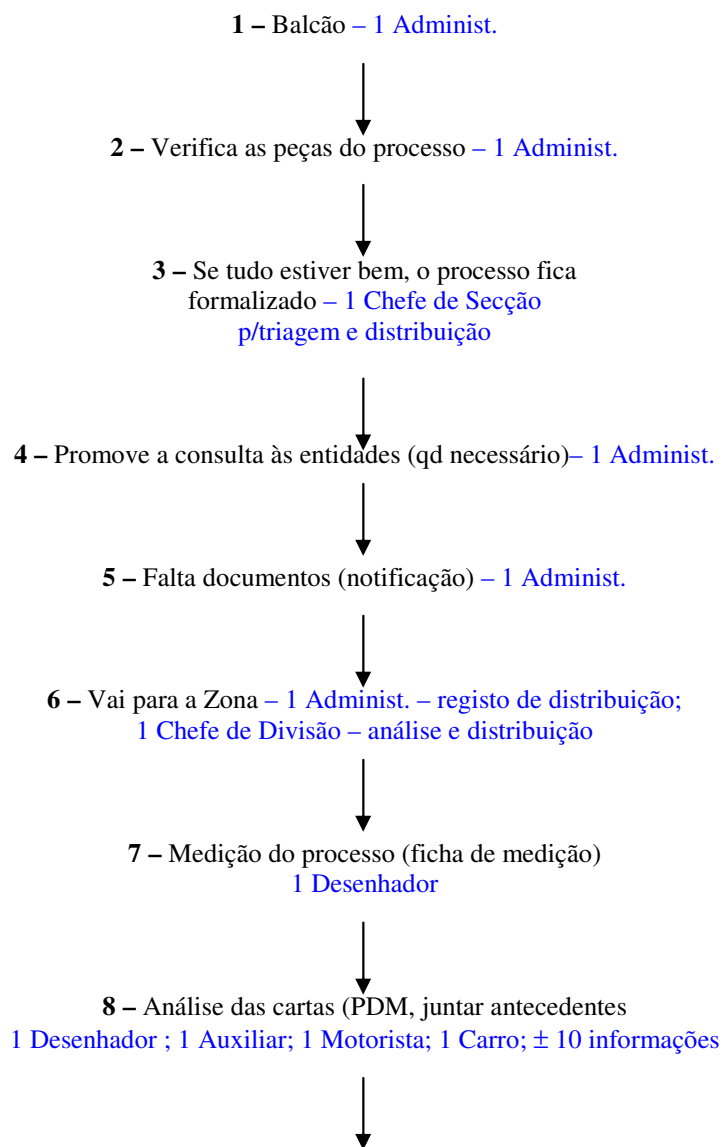
CAPÍTULO II
ADMINISTRAÇÃO GERAL

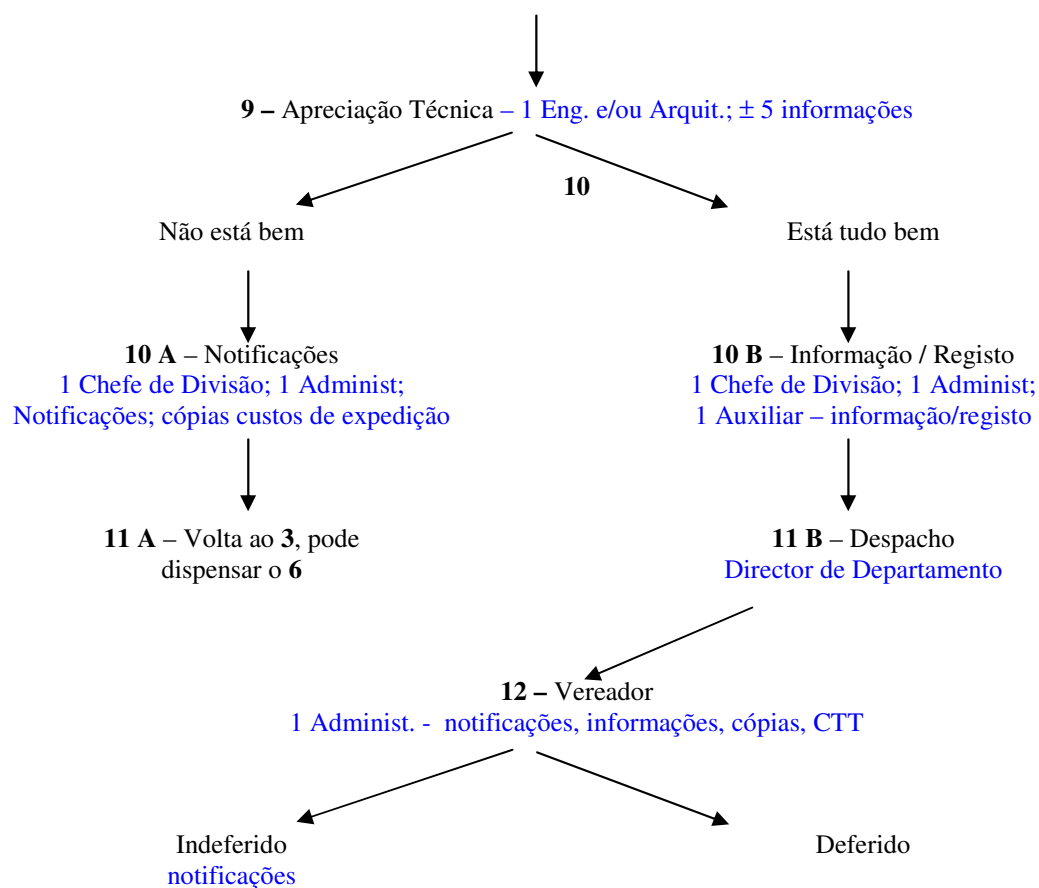




CAPÍTULO III
URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

LICENÇAS E COMUNICAÇÕES PRÉVIAS





LOTEAMENTOS

SAL (Sector Apreciação Liminar)



1 – Zona
(Identificação e organização
do processo) – 1 Administ.; 1 Auxiliar



2 – Consulta às entidades
(água, esgotos, gás, etc) – 1 Administ.



3 – Organização
(anexar as respostas ao processo) – 1 Administ.



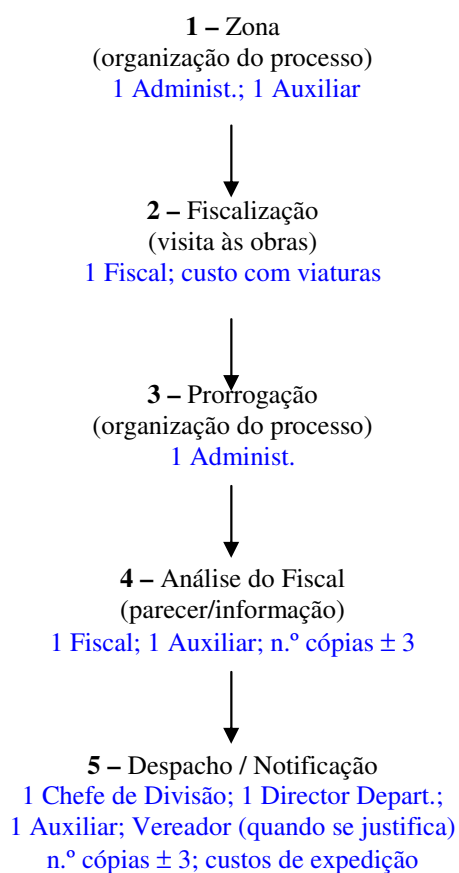
4 – Apreciação Final
(parecer/informação) – 1 Eng. e/ou Arquit.;
1 Auxiliar; n.º cópias ± 3



5 – Despacho / Notificação
1 Chefe de Divisão; 1 Director Depart.;
1 Auxiliar; Vereador (quando se justifica)
n.º cópias ± 3; custos de expedição

Está pronto para emitir o Alvará

Emitido o Alvará o processo vai para a Zona



LICENÇA DE UTILIZAÇÃO

1 – Identificação e organização do processo
1 Administ.; 1 Auxiliar



2 – Apreciação liminar
1 Administ.; 1 Eng. e/ou Arquit.



3 – Zona
1 Chefe de Divisão; 1 Eng. e/ou Arquit.;
1 Auxiliar



4 – Despacho / Notificação
1 Auxiliar; 1 Chefe de Divisão; 1 Director Departamento
n.º de cópias ± 3; custos de expedição



5 – Notificações
(água, esgotos, gás, etc)
1 Administ.; n.º de cópias ± 3;
custos de expedição

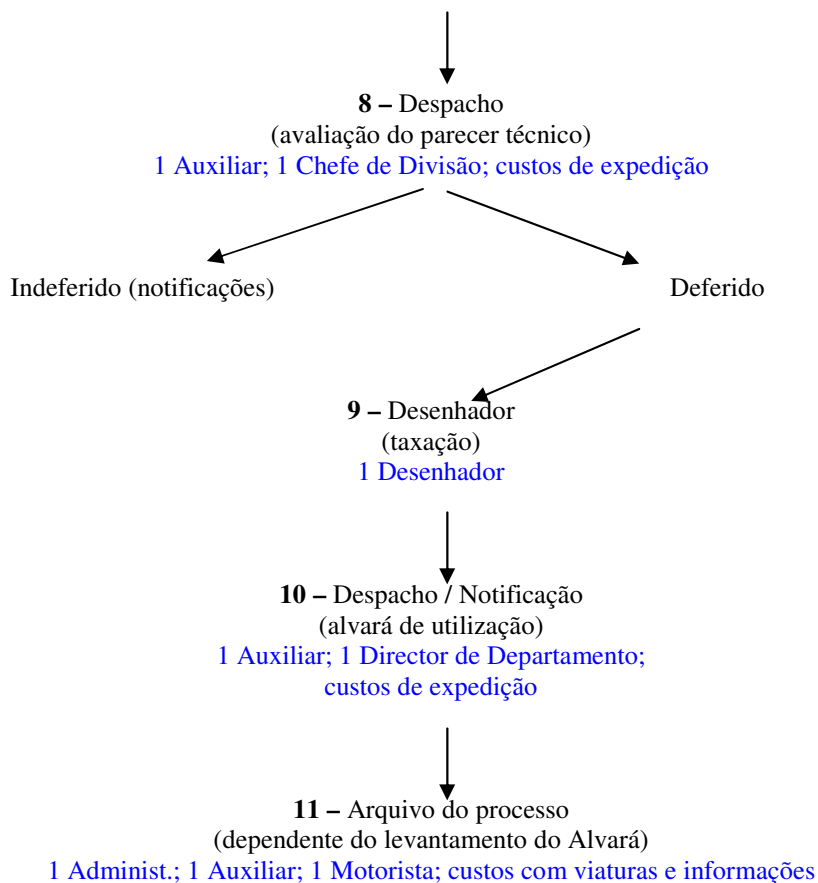


6 – Fiscal
(deslocação à obra)
1 Fiscal; viatura e informações



7 – Parecer técnico
(esteja bem ou não)
1 Eng. e/ou Arquit.; informações ± 3





CAPÍTULO IV
INSTALAÇÕES DE ABASTECIMENTO OU ARMAZENAMENTO
E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO

1 – SAL- Sector Apreciação Liminar – 1 Administ.



2 – Verificação da documentação para instrução do processo – 1 Administ.



3 – Se tudo estiver bem, o processo fica formalizado – 1 Chefe de Secção p/triagem e distribuição



4 – Promove a consulta às entidades (qd necessário) (Bombeiros e ISQ – Instituto Soldadura e Qualidade) – 1 Administ.



5 – Vai para a Zona – 1 Administ. – registo de distribuição;
1 Chefe de Divisão – análise e distribuição

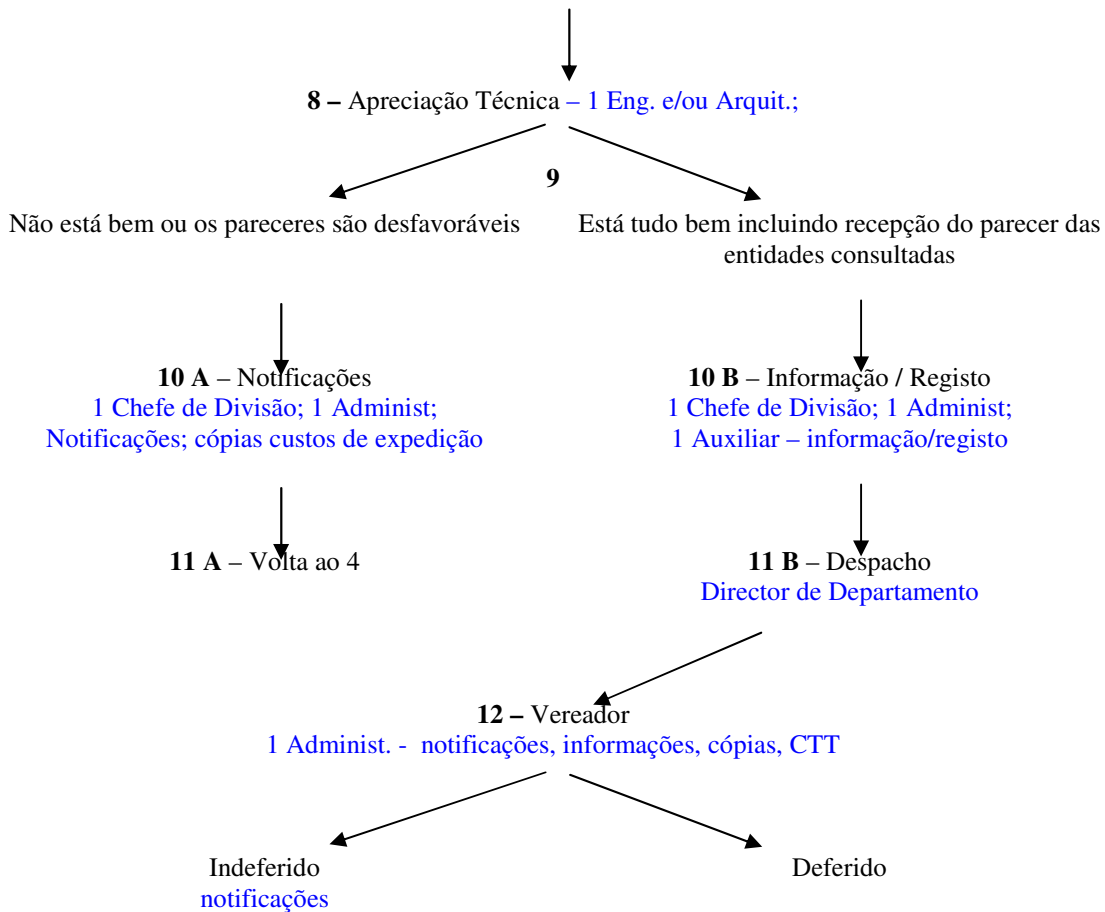


6 – Medição do processo (ficha de medição)
1 Desenhador

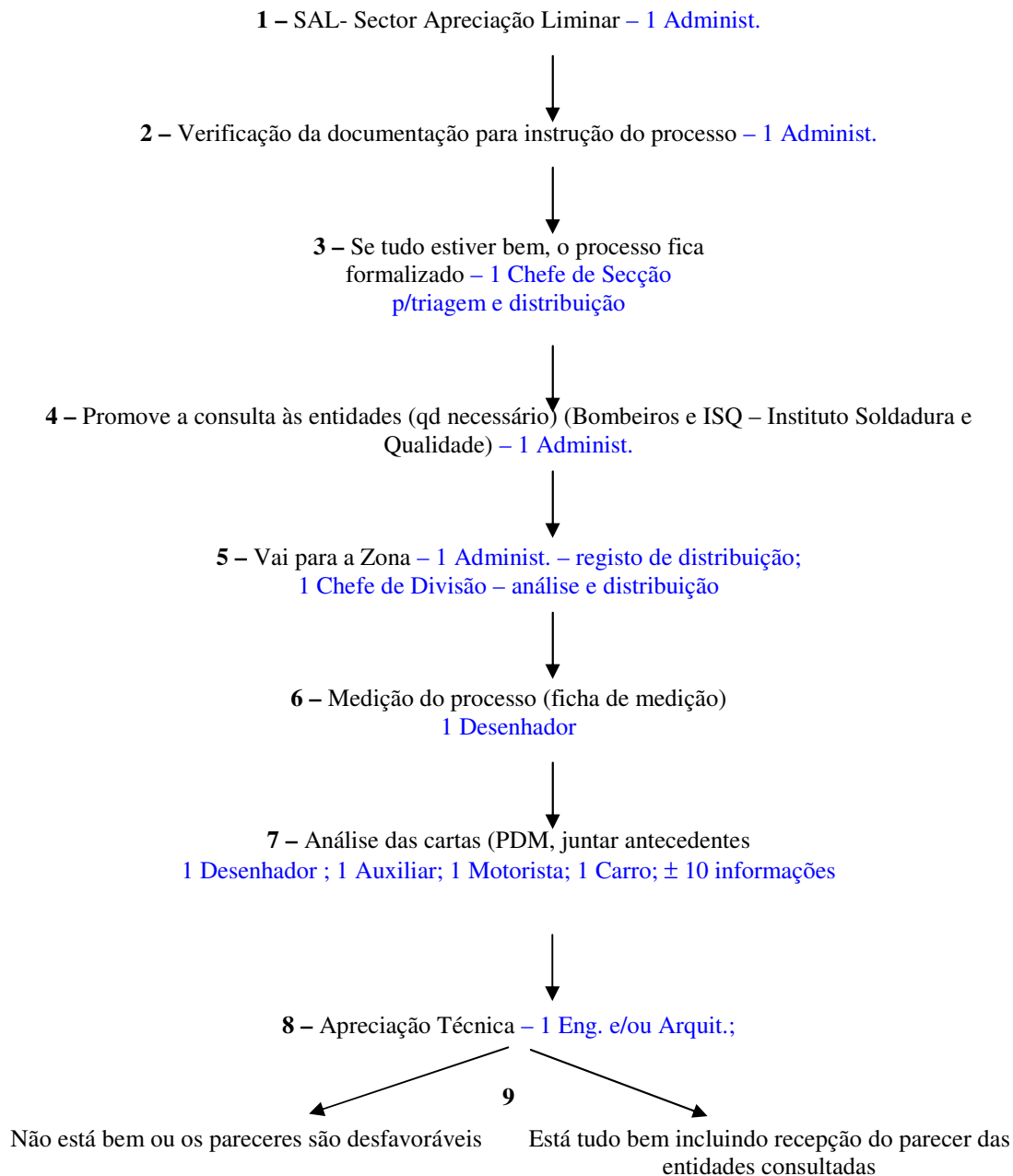


7 – Análise das cartas (PDM), juntar antecedentes
1 Desenhador ; 1 Auxiliar; 1 Motorista; 1 Carro; ± 10 informações





**LICENÇA DE EXPLORAÇÃO
PARA OS LICENCIAMENTOS EM REGIME SIMPLIFICADO**



10 A -- Informação / Notificação relativa à apreciação do projecto para conhecimento do titular do processo
1 Chefe de Divisão; 1 Administ;
1 Auxiliar – informação/registo

10 B – Informação / Notificação relativa à apreciação do projecto para conhecimento do titular do processo
1 Chefe de Divisão; 1 Administ;
1 Auxiliar – informação/registo

11 -- Promove realização de vistoria
1 Eng.º/Arquitecto

12 – Apreciação Técnica – 1 Eng. e/ou Arquit.;

13

Não está bem ou os pareceres são desfavoráveis

Está tudo bem incluindo recepção dos pareceres das entidades consultadas

13 A – Notificações
1 Chefe de Divisão; 1 Administ;
Notificações; cópias custos de expedição

13 B – Informação / Registo
1 Chefe de Divisão; 1 Administ;
1 Auxiliar – informação/registo

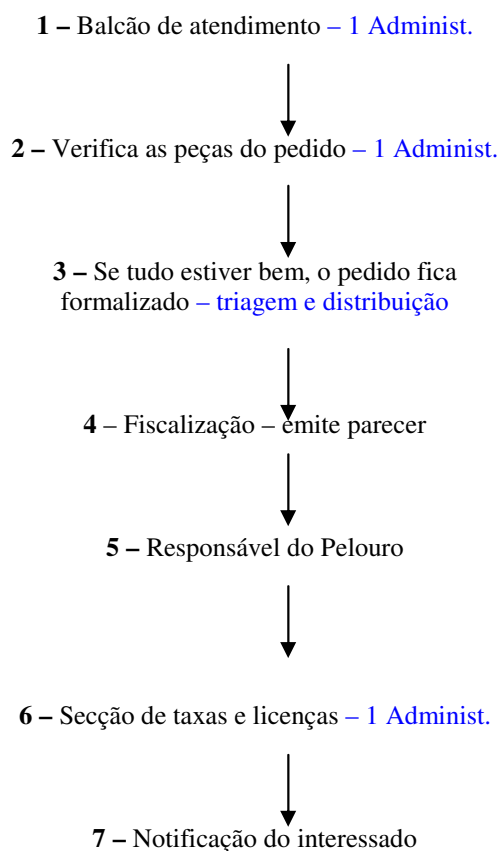
14 A – Volta ao 11

14 B – Despacho
Director de Departamento

15 – Vereador
1 Administ. - notificações, informações, cópias, CTT

Deferido

CAPÍTULO V
UTILIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DO DOMÍNIO MUNICIPAL



Nota: Este circuito poderá não coincidir em todas as Juntas de Freguesia (depende da sua organização)

CAPÍTULO VI
CONDUÇÃO E TRÂNSITO DE VEÍCULOS

1 – Balcão secção de licenciamentos e alvarás – 1 Administ.



2 – Verifica as peças do processo – 1 Administ.



3 – Se tudo estiver bem, o processo fica formalizado – **triagem e distribuição**



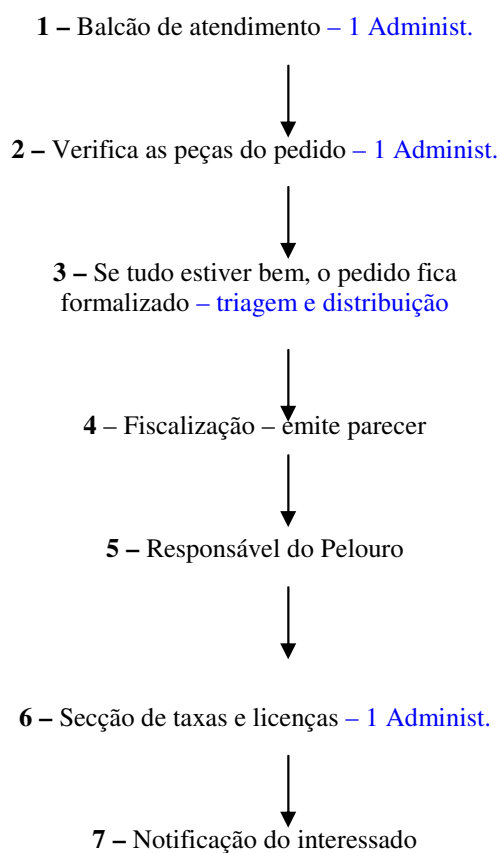
4 – Chefe de Divisão



5 – Director Departamento

Nota: Os táxis carecem de envio ao Departamento de Obras Municipais – Sinalização e Trânsito

CAPÍTULO VII PUBLICIDADE



Nota: Este circuito poderá não coincidir em todas as Juntas de Freguesia (depende da sua organização)

CAPÍTULO VIII
MERCADOS E FEIRAS

1 – Serviço de Tesouraria – emissão dos recibos – 1 Administ.



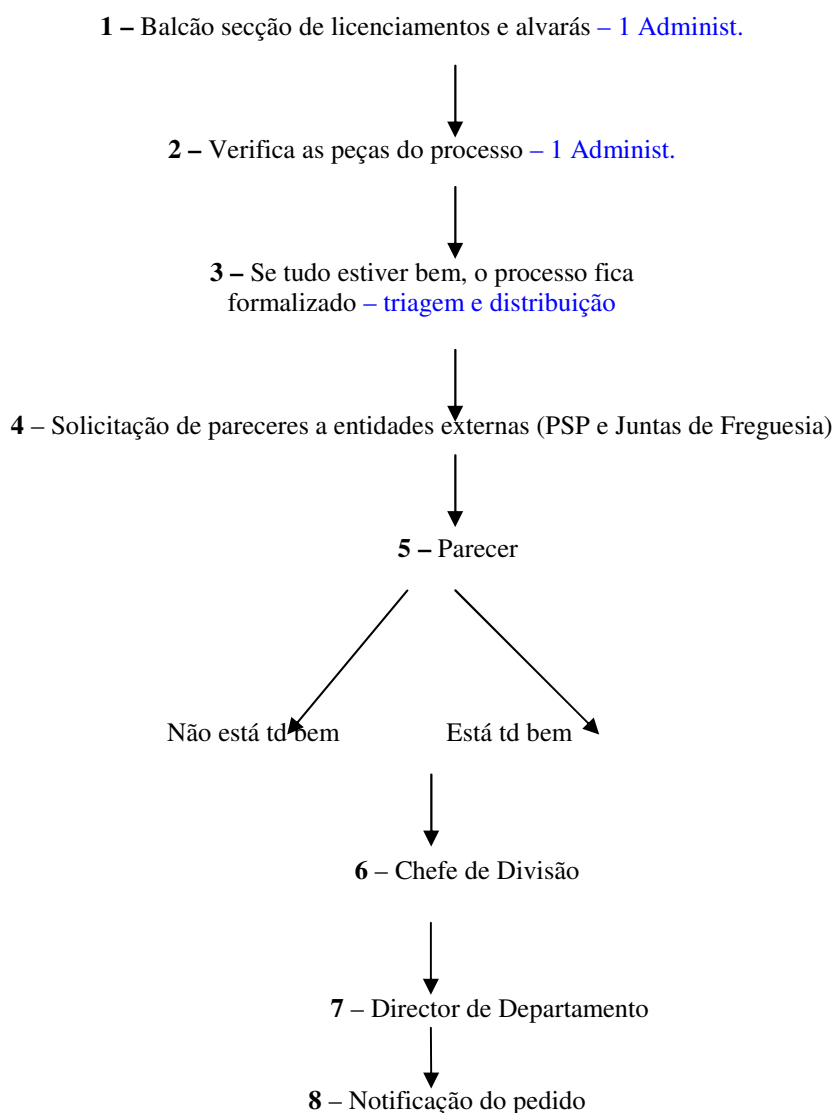
2 – Fiscal – Cobrança da receita



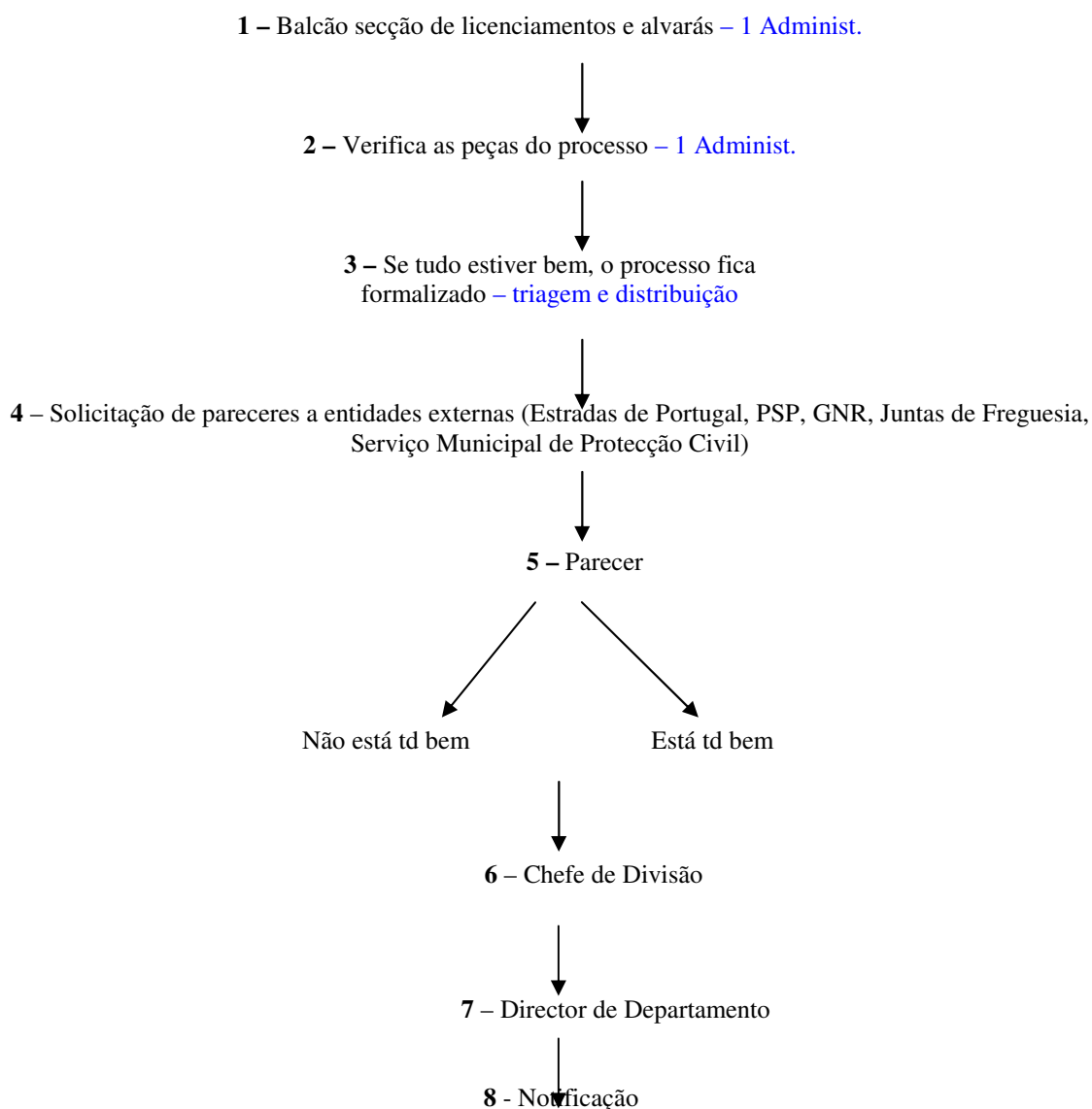
3 – Tesouraria

Nota: Este circuito poderá não coincidir em todas as Juntas de Freguesia (depende da sua organização)

CAPÍTULO IX RUÍDO



CAPÍTULO X
LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES



Nota: No caso das Máquinas de diversão também é consultada a fiscalização municipal da Divisão Jurídica

CAPÍTULO XI CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Cemitérios Municipais de Loures e de Camarate

1. CARACTERÍSTICAS

Cemitério Municipal de Loures

- 1,2 hectares
- Serve 1 Freguesia [Loures]
- 12 Talhões
- 1188 sepulturas temporárias (térreas)
- 39 sepulturas temporárias de menores (térreas)
- 649 sepulturas perpétuas (térreas)
- 1068 células ossários em diversos jazigos ossários
- 112 gavetões em diversos jazigos municipais
- 67 jazigos particulares
- não tem espaços para concessionar a empresas
- 44 nichos de decomposição aeróbia num único jazigo aeróbio

Cemitério Municipal de Camarate:

- 3,9 hectares
- Serve 7 Freguesias [Bobadela, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, St.º Ant.º dos Cavaleiros, S. João da Talha e com exceções qualquer freguesia do Município que o solicite]
- 44 Talhões
- 3255 sepulturas temporárias (térreas)
- 57 sepulturas temporárias de menores (térreas)
- não existem sepulturas perpétuas
- 210 células ossários em diversos jazigos ossários
- 415 gavetões em diversos jazigos municipais
- não existem jazigos particulares
- 1 espaço concessionado ao ramo florista

2. FUNCIONÁRIOS, PROCEDIMENTOS E CIRCUITOS AFECTOS AO SERVIÇO

Cemitério Municipal de Loures

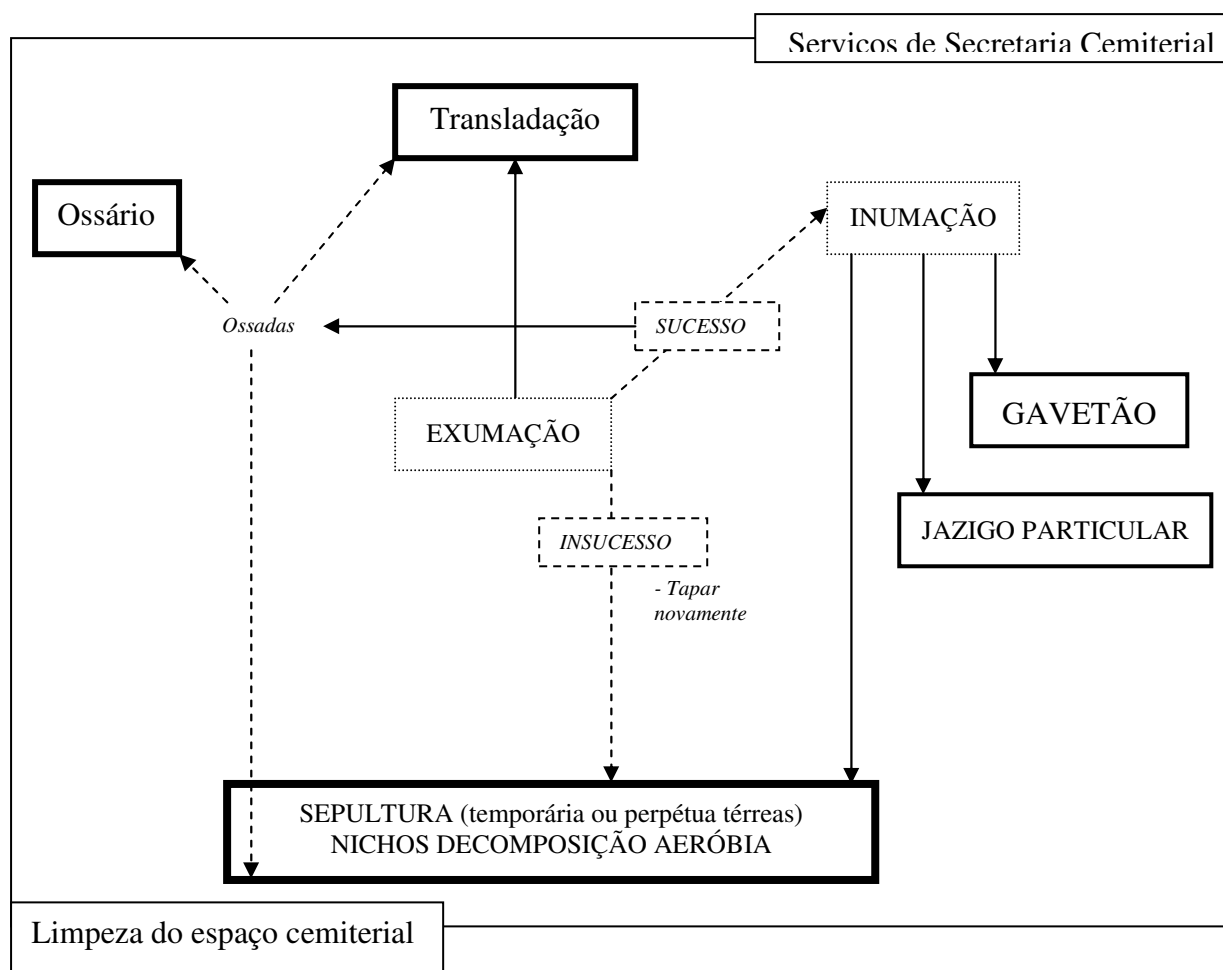
- 1 encarregado de cemitério
- 3 coveiros

Cemitério Municipal de Camarate

- 1 chefe de secção
- 1 administrativo principal
- 1 encarregado de cemitério
- 6 coveiros
- 1 cantoneiro de limpeza

Procedimentos

Os procedimentos das duas unidades cemiteriais têm actos administrativos diferentes (marcação de funerais, exumações, trasladações, registo de averbamentos e concessões). O Cemitério Municipal de Loures não possui tesouraria, nem aplicação informática, apenas funciona com uma pequena secretaria onde se encontra o encarregado de cemitério para atendimento ao público e onde são realizadas as anotações nos livros de registo. O Cemitério Municipal de Camarate, também não possui tesouraria e a secretaria funciona para gestão inclusa do Cemitério Paroquial de Camarate, em que o software de gestão serve o equipamento municipal e paroquial.



3. TAREFAS

A1 – Exumação em sepultura térrea

[Sepulturas temporárias e perpétuas]

- Retirar embelezamentos (mármore, placa de epitáfios, jarras e sapata de cimento)
- Abrir a cova até ~2 metros/retirar a terra
- Avaliar o sucesso da exumação (ver ponto B1 e D)
- Separar ossadas dos resíduos cimiteriais (roupas, madeira, próteses, sapatos e lençóis)
- Recolher as ossadas - para ossário se reclamadas, ou para enterrar a maior profundidade
- Retirar os resíduos cimiteriais da cova
- Levantamento dos resíduos cimiteriais para tratamento (separar pequenos ossos dos resíduos)
- Transporte dos resíduos cimiteriais para a tulha das instalações do incinerador
- Incineração dos resíduos cimiteriais (quando o volume for significativo para encher a câmara principal de incineração)

[EXUMAÇÃO] Tempo estimado/aproximado:1h e 2 homens

[INCINERAÇÃO] Tempo estimado/aproximado:3h e 1 homem

A2 – Exumação em nicho de decomposição aeróbia

- Retirar as tachas da tampa de mármore para aceder ao nicho
- Retirar silicone do pré-tamponamento
- Retirar fita alumínio do pré-tamponamento
- Retirar o pré-tamponamento de PVC
- Avaliar o sucesso da exumação (ver ponto B3 e D)
- Retirar resíduos cemiteriais e ossadas
- Separar ossadas dos resíduos cemiteriais (roupas, madeira, próteses, sapatos e lençóis)
- Recolher as ossadas - para ossário se reclamadas, ou para enterrar a maior profundidade
- Transporte dos resíduos cemiteriais para a tulha das instalações do incinerador
- Incineração dos resíduos cemiteriais (quando o volume for significativo para encher a câmara principal de incineração)

[EXUMAÇÃO] Tempo estimado/aproximado:1h e 2 homens

[INCINERAÇÃO] Ver ponto A1

B1 – Inumação em sepultura temporária

[Depois de efectuadas todas as tarefas descritas no ponto 3.A1 com sucesso da exumação e da cova estar aberta e limpa]

- Recepção do funeral
- Transporte do caixão na carreta
- Abertura do caixão para a última despedida e procedimentos religiosos
- Colocação do produto de rápida decomposição cadavérica junto do cadáver e fechar o caixão
- Fazer descer o caixão com cintas até à base da cova
- Tapar a cova com a terra realizando a correcção de solo com 50% de areia do rio ou sem goma
- Colocação das coroas de flores

Tempo estimado/aproximado:15minutos e 3 homens

B2 – Inumação sepultura perpétua

[Procedimento igual à sepultura temporária (**ponto B1**) mas com maior tempo, porque a cova pode ter uma ou duas funduras]

Cerca de 1,2m + 0,4 m de altura para cada fundura

Tempo estimado/aproximado: 45 minutos e 2 homens

B3 – Inumação em nicho de decomposição aeróbia (temporário)

[Depois de efectuadas todas as tarefas descritas no ponto 3.A2 com sucesso da exumação e do nicho estar aberto e limpo]

- Recepção do funeral
- Transporte do caixão na carreta
- Abertura do caixão para a última despedida e procedimentos religiosos
- Colocação do produto de rápida decomposição cadavérica junto do cadáver e fechar o caixão
- Colocar o caixão no nicho
- Aplicar silicone no aro do nicho para o pré-tamponamento
- Aplicar fita alumínio no aro do nicho para o pré-tamponamento
- Colocar o pré-tamponamento de PVC
- Colocar a tampa de mármore e as tachas para o encerramento final do nicho
- Colocação das coroas de flores junto ao jazigo de nichos

Tempo estimado/aproximado: 15 minutos e 3 homens

[Nas perpétuas não existe exumação, apenas transladação]

- Abertura e limpeza do gavetão
- Recepção do funeral
- Verificação dos filtros do caixão
- Transporte do caixão na carreta
- Colocar o caixão no gavetão
- Fecho da porta do gavetão

Tempo estimado/aproximado: 40 minutos e 3 homens

B4 – Inumação em jazigo particular

[Estes jazigos podem ser de capela, mistos e subterrâneos, não existe exumação, apenas transladação]

- Abertura e limpeza do jazigo
- Recepção do funeral
- Verificação dos filtros do caixão
- Transporte do caixão na carreta
- Colocar o caixão na prateleira respectiva
- Fecho da porta do jazigo

Tempo estimado/aproximado: 40 minutos e 3 homens

C- Tratamento de ossadas

[Quando as ossadas são reclamadas por quem tem legitimidade]

C.I – COM lavagem técnica de ossadas

- Pré-lavagem - retirar a terra com água através de mangueira e agulheta
- Limpeza técnica (inclui limpeza dos ossos com escova de cerdas metálicas)
- Permanência em balde com água e lixívia durante 24 horas
- Passagem por água limpa
- Secagem ao ar livre ou com estufa durante 24 horas
- Colocação dentro de um saco

Tempo estimado/aproximado: 1h e 30 minutos, e 1 homem

C.II – SEM Lavagem técnica de ossadas

[Existe apenas a pré lavagem e a colocação em saco]

Tempo estimado/aproximado: 15 minutos e 1 homem

D - Jazigos ossários

[Quando as ossadas são reclamadas por quem tem legitimidade. Um ossário leva uma a duas ossadas]

- Limpeza e eventual pintura da célula ossário por parte do coveiro

Tempo estimado/aproximado 15 minutos/1 homem

4. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

[Devem ser realizados nas secretarias cemiteriais sediadas nos Cemitérios Municipais]

Funeral/Inumação

- Atendimento das agencias funerárias
- Marcação dos funerais
- Atendimento telefónico
- Recepção do funeral
- Colocação de editais
- Abertura de processos de inumação
- Gestão dos processos de sepultura
- Confirmação de todos os elementos necessários para os diversos actos ex:
 - Requerimento por quem tem legitimidade/agência funerária
 - Boletim de óbito
 - BI do óbito
 - Cartão de eleitor
 - Cartão de contribuinte
- Actualização do livro de registos (inumações, exumações e transladações)
- Elaboração da folha de receita
- Gestão dos diversos requerimentos (inumação, transladação, exumação...)
- Elaboração das folhas de registo de assiduidade do pessoal
- Cobrança das taxas
- Actualização e gestão da base de dados informática (aplicação de gestão cemiterial)

Exumações

- Emissão das notificações para a família (30 dias)
- Contacto telefónico para a família (destino das ossadas - ossários ou não)

Ossários

- Abertura e gestão dos processos de concessões
- Emissão de alvarás
- Emissão das guias de pagamento
- Envio de postal ao 2º mês de atraso das respectivas guias

Jazigos municipais e particulares

- Abertura e gestão dos processos de concessões
- Emissão de alvarás
- Emissão das guias de pagamento

- Envio de postal ao 2º mês de atraso das respectivas guias

Arquivo

- Gestão dos processos de sepultura
- Gestão dos livros de registos
- Gestão das cópias digitais das bases de dados

5. ACTOS ADMINISTRATIVOS

Inumação

Agência > Junta de Freguesia (requerimento/licença) > Secretaria cemiterial

[1 Administrativo]:

- Confirmação recenseamento
- Assinatura do responsável do Pelouro
- Actualização da base de dados
- Contactos para a agência funerária e cemitério

A agência levanta a licença na tesouraria > entrega na secretaria cemiterial

Exumação

Cemitério > secretaria cemiterial > Junta de Freguesia > responsável pelo Pelouro > Actualização da base de dados > notificação do requerimento > pagamento da taxa (tesouraria da Junta)

6. MANUTENÇÃO

Sepulturas temporárias

- Manutenção da sepultura colocando areia ou terra quando existe abatimento
- Manutenção da chapa identificativa da sepultura

Sepulturas perpétuas

- Manutenção da chapa identificativa da sepultura

Jazigos de nichos

- Substituição periódica de 3 em 3 anos dos filtros de carvão activado
- Manutenção das tachas

Jazigos ossários

- Manutenção dos ossários
- Pinturas
- Impermeabilização
- Reparação de fendas
- Manutenção das portas (utilização de óleo, substituição de fechaduras...)

Jazigos municipais e particulares

- Manutenção do edifício (pintura, isolamentos, reparação de fendas...)

Outros

[Manutenção e limpeza geral]

- Equipamentos
- Limpeza e lavagem dos contentores e papeleiras de resíduos
- Desmatação e manutenção de espaços verdes
- Manutenção dos bancos de jardim e floreiras
- Manutenção e pintura da capela
- Manutenção e limpeza dos WC públicas
- Manutenção e pintura do muro de limite de propriedade
- Manutenção, pintura e isolamento dos edifícios de apoio (secretaria cemiterial, capelas)

7. FARDAMENTO E EPI'S

- Botas de palmilha e biqueira de aço
- Botins
- Impermeável
- Casaco
- T'shirt
- Camisola
- Camisa
- Pólo
- Calças
- Chapéu-de-sol de legionário
- Avental de talhante
- Luvas para quente
- Luvas de trabalho

- Luvas médicas
- Luvas anti-corte
- Fatos inteiros descartáveis

8. MÁQUINAS EXISTENTES

[Equipamento adquirido pela CMLoures]

1 retro escavadora rotativa	Camarate
1 bobcat	Camarate
Dumper a gasóleo	Loures
2 trituradores de resíduos verdes	Loures e Camarate
2 estufas de secagem de ossadas por energia solar passiva	Loures e Camarate
1 incinerador	Loures
2 termoacumuladores	Loures e Camarate
1 braço retro escavador	Camarate
2 corta-relvas de fio	Loures e Camarate

9. DIVERSOS DADOS

Incinerador

Contagem 727019 – 704142

Durante 10 horas

CAPÍTULO XII
TERRENOS DO DOMÍNIO MUNICIPAL NÃO UTILIZADOS EM HABITAÇÃO

